



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

ALLANE VALÉRIA FERREIRA SANTOS

**A Avaliação Socioeconômica para Garantia de Acesso à Assistência
Estudantil: análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na
UnB**

Brasília-DF

2017

ALLANE VALÉRIA FERREIRA SANTOS

**A Avaliação Socioeconômica para Garantia de Acesso à Assistência
Estudantil: análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na
UnB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção de título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carolina Cássia
Batista Santos.

Brasília- DF

2017

ALLANE VALÉRIA FERREIRA SANTOS

**A Avaliação Socioeconômica para Garantia de Acesso à Assistência
Estudantil: análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na
UnB**

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social da Universidade de Brasília, apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Carolina Cassia Batista Santos.
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Doutora em Sciences Sociales/Sociologie - Universite de Paris I. Pantheon - Sorbonne
(França)
Avaliadora Interna

Assistente Social Marcia Costa de Sant'Anna
Avaliadora Externa

Dedico este trabalho aos meus Pais, Cássia Ferreira e Vilmo de Sousa, e aos meus irmãos Allison Vinícius e Anderson de Sousa, que acreditaram que eu chegaria até o final, dando-me grande incentivo, com muita sabedoria e amor.

“Para que todos vejam, e saibam, e considerem,
e juntamente entendam que a mão do Senhor
fez isto...”, Isaías 41.20.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o estudo socioeconômico como principal instrumental técnico-operativo para acesso aos programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília, mais especificamente a avaliação socioeconômica. Esta pesquisa é de caráter descritivo, sendo composta por dados qualitativos, que oferecerem maior descrição e possibilidade de análise do tema. A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a análise documental. Após a organização do material coletado, realizou-se a análise dos dados extraídos de relatórios, estudos de caso e estudos socioeconômicos à luz do arcabouço teórico elaborado a partir da revisão de literatura, em seguida realizada a análise de conteúdo. Espera-se, com este estudo, oferecer maior visibilidade aos processos que envolvem a assistência estudantil da universidade, tendo em vista os desafios da operacionalização por meio dos profissionais. Os resultados da pesquisa podem proporcionar subsídios para uma intervenção profissional mais efetiva. O presente trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo traz um breve histórico da Educação Superior Brasileira e assistência estudantil; o segundo trata dos instrumentais técnico-operativos nos processos de trabalho do Serviço Social no Brasil; e o terceiro capítulo aborda os instrumentais técnico-operativos do serviço social na assistência estudantil, finalizando com a análise dos dados sobre o instrumental técnico-operativo avaliação socioeconômica, um dos principais mecanismos utilizados para acesso à assistência estudantil na Universidade de Brasília.

Palavras-chave: Serviço Social; Instrumentais Técnico-operativos do Serviço Social; Assistência Estudantil; Estudo Socioeconômico; Educação Superior.

ABSTRACT

The objective of this work is to describe and analyze the socioeconomic study as the main technical-operative instrumental for access to student assistance programs at the University of Brasília, more specifically the socioeconomic evaluation. This research is descriptive and composed of qualitative data that provide better description and possibility of analysis for the theme. The methodology used was the documental analysis. After collecting, it was carried out an analysis of the data extracted from reports, case studies and socio-economic studies in the light of pre-selected theoretical framework. With this study, we expect to offer a better visibility to the processes involving student assistance at university, in view of challenges of its implementation by professionals. The results of this research can provide subsidy for more effective social intervention. This work is divided into three chapters: the first chapter presents a brief history of higher education in Brazil, the second approaches the Work Processes and Social Work in Brazil and the third addresses the technical-operative instrumentals of social work regarding student assistance, ending with the socio-economic analysis for access to student assistance at the University of Brasilia.

Keywords: Social Work; Technical-operative Instrumentals of Social Work; Student Assistance; Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página Inicial da Ferramenta SAEWEB.....	50
Figura 2 - Estudo socioeconômico/Estudo preliminar.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil - 2011 a 2015.....	44
Tabela 2 - Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil por campus – 2008 a 2015.....	44
Tabela 3 - Estudantes Participantes do Programa Auxílio Socioeconômico – 2011 a 2015.....	45
Tabela 4 - Tabela 1 Participantes do Programa de Moradia Estudantil da Graduação por Campus - 2011 a 2015.....	45
Tabela 5 - Profissionais da DDS por Cargo e Tipo de Vínculo.....	46

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas do Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior
ART	Artigo Institucional
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEU	Casa do Estudante Universitário
CF/88	Constituição Federal de 1998
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT	Grupo de Trabalho Interministerial
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCLUIR	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
LDB	Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa Bolsa Permanência

PNAES	Programa de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINASE	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSu	Sistema de Seleção Unificada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	12
1.1 Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil.....	12
1.2 Assistência estudantil como direito na política social de educação.....	19
2 A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	24
2.1 Serviço Social e Processos de Trabalho.....	24
2.2 A Proposta de Ruptura com o Tradicionalismo e a Consolidação do Projeto Ético Político Profissional	27
2.3 Atuação do Assistente Social: atribuições e competências	29
2.4 Instrumentais técnico-operativos do Serviço Social a partir de uma visão crítica	31
3 ANÁLISE DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO AVALIAÇÃO SOCIOECONOMICA	38
3.1 Programas, projetos e ações da Assistência Estudantil	40
3.1.1 Bolsa Alimentação.....	40
3.1.2 Auxílio Alimentação	40
3.1.2.1 Auxílio alimentação complementar para estudantes do Programa Moradia	40
3.2 Programa Auxílio Socioeconômico	41
3.3 Programa Moradia Estudantil – Graduação	41
3.3.1 Programa Moradia Estudantil - Pós-Graduação	41
3.4 Programa Bolsa Permanência MEC.....	42
3.5 Programa Auxílio Emergencial.....	42
3.6 Programas Desenvolvidos em Parceria	43
3.6.1 Programa de Acesso à Língua Estrangeira-UnB/Idiomas.....	43
3.6.2 Vale-Livro.....	43
3.7 Evolução da Assistência Estudantil na Universidade de Brasília – UnB	43
3.7.1 Participantes do Programa de Assistência Estudantil	43
3.7.2 Programa Auxílio Socioeconômico	45

<i>3.7.3 Programa de Moradia Estudantil (graduação)</i>	45
<i>3.7.4 Recursos Humanos</i>	46
3.8 Análise dos dados referentes ao Estudo Socioeconômico	47
<i>3.8.1 Parecer Técnico do Assistente Social</i>	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade descrever e analisar o estudo socioeconômico como principal instrumental técnico-operativo para acesso aos programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília, focalizando especificamente a utilização do instrumental técnico-operativo avaliação socioeconômica na assistência estudantil da Universidade de Brasília.

O interesse pela temática se deu após a realização do Estágio em Serviço Social 2, disciplina obrigatória do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, na DDS (Diretoria de Desenvolvimento Social). No decorrer do estágio, pude me deparar com questões que permeiam a assistência estudantil, mais precisamente os instrumentais utilizados na área, sendo o principal a avaliação socioeconômica, que se delimita a caracterizar quem está apto ou não a ser um Participante do Programa de Assistência Estudantil (PPAES).

Nas Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a assistência estudantil é regida pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado inicialmente através da Portaria Normativa/MEC nº 39/2007. Mas, somente em 2010, o programa foi efetivamente instituído pelo Decreto nº 7.234/2010.

O Decreto nº 7.234/2010 explicita em seus artigos 1º e 3º que o PNAES deverá prever a ampliação de condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal e implementar ações da assistência estudantil que deverão ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superlotação. O § 2º do art. 3º do mesmo decreto informa que caberá a cada instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Assim, de acordo com o PNAES, as instituições de ensino superior se utilizam de instrumentais técnico-operativos que caracterizam o perfil dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, candidatos a serem atendidos pelas ações desenvolvidas pela assistência estudantil. Um dos principais instrumentais utilizados é a avaliação socioeconômica, que é hoje o principal mecanismo para garantir o acesso aos programas da assistência estudantil. Na Universidade de Brasília, a avaliação socioeconômica ocorre ao longo de todo ano letivo e abertura para a inscrição do estudante se dá por meio de edital específico, no início de cada semestre promovido pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do Decanato de Assuntos Comunitários.

De acordo com o Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) de 2015, a estrutura organizacional da Diretoria de Desenvolvimento Social foi aprovada em 1994, através do Ato da Reitoria nº 429/1994, em substituição à Diretoria de Serviço Social, criada pelo Ato da Reitoria nº 429/1986.

Ainda segundo o Relatório (2015), a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) tem como finalidade assessorar o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) no planejamento, implantação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB).

O relatório supracitado esclarece que a DDS tem como principal objetivo promover a assistência estudantil como direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso.

O Decanato tem por finalidade viabilizar o inter-relacionamento dos integrantes da comunidade universitária, atuando como principal gestor da política social, cultural e comunitária da UnB, bem como priorizar a política de qualidade de vida da comunidade. É responsável pelos seguintes programas de assistência estudantil: Bolsa Alimentação, Auxílio Alimentação, Auxílio Alimentação Complementar para Estudantes do Programa Moradia, Programa Auxílio Socioeconômico, Programa Moradia Estudantil – Graduação, Programa Moradia Estudantil - Pós-Graduação, Programa Bolsa Permanência MEC, Programa Auxílio Emergencial e Programas Desenvolvidos em Parceria como o Programa de Acesso à Língua Estrangeira.

A Universidade de Brasília desenvolve programas de assistência estudantil voltados principalmente para a permanência dos estudantes na academia. Portanto, em se tratando de permanência, o estudante que tenha sua situação socioeconômica comprovada, através de análise prévia pelo Serviço Social da DDS (Diretoria de Desenvolvimento Social) do DAC (Decanato de Assuntos Comunitários), pode acessar esses programas.

Nesta pesquisa foram resumidamente tratados os programas da assistência estudantil ofertados pela UnB e apresentado o processo ao qual o estudante deverá se submeter para ter caracterizado seu perfil de vulnerabilidade socioeconômica.

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o estudo socioeconômico como principal instrumental técnico-operativo para acesso aos programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília, mais especificamente a avaliação socioeconômica.

Os objetivos específicos são: identificar os programas e ações desenvolvidas pela assistência estudantil da UnB, identificar e descrever os instrumentais utilizados na Política de

Assistência Estudantil da Universidade de Brasília e descrever, no âmbito do Serviço Social, os processos de trabalho e instrumentais técnico-operativos.

Essa pesquisa é de caráter exploratório, sobre o instrumental estudo socioeconômico e sua importância no processo de acesso ao direito à assistência estudantil. Propõe-se a descrever o processo a partir dos documentos analisados.

A construção desse trabalho tem como metodologia a observação participante realizada na Diretoria de Desenvolvimento Social e análise de dados, constituído de pesquisa qualitativa exploratória, fundamentada na coleta de dados, além de pesquisas bibliográficas e documentais, com a análise de textos, relatórios, estudos socioeconômicos, regimentos, dentre outros, para um embasamento teórico.

Foram analisados aproximadamente 50 estudos socioeconômicos realizados no período do 2º/2016, contabilizando uma porcentagem de 3% a 5%. Os estudos foram realizados através de avaliação socioeconômica, hoje um dos principais mecanismos utilizados pela Diretoria, para identificação dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para ter acesso aos documentos que auxiliaram na composição desse trabalho foi preciso a mediação da orientadora para desenvolvimento do termo de confiabilidade (anexo 2) para utilização e manuseio dos dados da pesquisa considerando que alguns documentos são sigilosos como: dossiês dos estudantes. Após as devidas autorizações pela Diretoria, foram necessários alguns dias para coleta das informações e acompanhamento do trabalho do assistente social. Os estudos socioeconômicos analisados foram selecionados aleatoriamente, disponibilizados ou pela assistente social ou pelo chefe da diretoria para que não houvesse interferência na análise.

Neste trabalho foram assegurados os cuidados éticos necessários, levando-se em consideração o Código de Ética do Assistente Social, que dispõe sobre a conduta do profissional, e a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas.

A resolução nº 510/2016, art. 2º, inciso XII, expõe que:

Etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com “estudos exploratórios” ou com “pesquisas piloto”, que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros. (Resolução nº 510, 2016).

Foram assegurados o compromisso com a ética profissional e a confiabilidade da origem das informações aqui apresentadas, tendo em vista a utilização de informações advindas de trabalhos acadêmicos que possuem caráter científico.

A confiabilidade desse trabalho pauta-se ainda no sigilo profissional, descrito como dever do Assistente Social pelo do Código de Ética que regulamenta a profissão, uma vez que foram realizadas análises de documentos que não estão disponíveis para o acesso público. Em anexo estão disponíveis os capítulos I, art. 5º, e V, arts. 15º ao 18º, do Código de Ética do/a Assistente Social* (Lei 8.662/93) de Regulamentação da Profissão.

A apresentação deste trabalho está dividida em três capítulos: O primeiro capítulo trata do Ensino Superior no Brasil e sobre a assistência estudantil como política de direito. Buscamos apresentar resumidamente um breve histórico do ensino superior, apontando os principais fatos que contribuíram para o desenvolvimento desse nível de ensino no país. Foram apresentados ainda os principais programas e iniciativas federais de acesso e permanência instituídos nas últimas décadas.

O segundo capítulo trata da importância dos instrumentais técnico-operativos nos processos de trabalho do Assistente Social, abrangendo temas como o Serviço Social e processos de trabalho, a proposta de ruptura com o tradicionalismo e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional, bem como as atribuições do Assistente Social e os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica.

No terceiro capítulo são elencados os principais programas de assistência estudantil disponibilizados pela Universidade de Brasília, bem como os instrumentais técnico-operativos utilizados pela equipe técnica da Diretoria (DDS). Nesse capítulo buscamos apresentar a análise dos dados coletados na pesquisa realizada na Diretoria e como se configura o instrumental técnico-operativo Avaliação Socioeconômica, como principal mecanismo utilizado para acesso à assistência estudantil na Universidade.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

1.1 Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil

Segundo Trindade (2000), é possível identificar na história quatro períodos da instituição universitária, periodização a partir da qual, segundo Santos e Cerqueira (2009, p.2), “os respectivos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, influenciaram, em maior ou menor grau, a trajetória da instituição da universidade”, inclusive a história do ensino superior brasileiro.

No primeiro período, do século XII até o Renascimento, tem-se o período de invenção da universidade, na Idade Média. É o período do “modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja”. (Trindade, 2000, p. 122). No segundo, Século XV, “a universidade sofre o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contrarreforma” (Santos e Cerqueira, 2009, p.2).

O terceiro período, a partir do século XVII, período das descobertas científicas, a universidade inicia a institucionalização da ciência. No quarto período, século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, “e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais” (Santos e Cerqueira, 2009, p.2).

Diferentemente do que ocorreu na América Espanhola, que teve sua primeira universidade transplantada para o Caribe pelos espanhóis já no início do século XVI, constituindo uma rede de instituições públicas e católicas inspiradas no modelo de Salamanca, no Brasil a origem do Ensino Superior é mais tardia, datando do século XIX.

De acordo com Durham (2005), a aventura de Portugal em terras brasileiras possuía apenas cunho de exploração. Não interessava para a Coroa Portuguesa a criação de instituições de ensino, já que não era importante dar autonomia à Colônia. Nas palavras de Santos e Cerqueira (2009, p.3), “até mesmo as iniciativas jesuítas de estabelecer seminários para a

formação de um clero brasileiro pararam na reforma efetuada por Pombal, ao expulsar a Companhia de Jesus no final do século XVIII”.

Somente em 1808, com a chegada da Corte ao Brasil, após a ameaça de invasão de Napoleão, inicia-se a história do Ensino Superior no Brasil. “As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando de década de 1930” (Durham, 2005, p.201). Criaram-se no ano de 1808, Período Monárquico, a Escola de Cirurgia e Anatomia (atual Faculdade de Medicina da UFBA), a Escola de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda da Marinha, também no Rio de Janeiro.

Em 1910, foi fundada a Academia Real Militar, mais tarde Escola Central e Escola Politécnica, que passaria a Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Posteriormente, foram criadas faculdades de Direito em Olinda e São Paulo. A preocupação das instituições de ensino superior desse período era formar advogados, engenheiros e médicos, os quais atenderiam as necessidades governamentais e da elite local.

Com a Proclamação da República, período conhecido como A Primeira República ou República Velha, ocorreu a descentralização do ensino superior, o que permitiu o aparecimento de novas instituições públicas e privadas e a diversificação do ensino superior no Brasil, cenário que perdura até os dias atuais. De acordo com Durham (2005):

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados. (Durham, 2005, p.201).

Ainda segundo Durham (2005), a década de 1920, período dos primórdios da industrialização do país, das transformações urbanas, econômicas, etc., foi marcada por ideias reformistas de ensino tanto no ensino primário público, como no ensino superior. A proposta era bem mais que a simples criação de uma universidade. De acordo com a autora (2005, p.2002), o que se pretendia “era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas (...)”.

A partir da década de 1930, com as reformas do Governo Vargas, foi instituído o formato legal da universidade, que deveria ser obedecido pelas instituições criadas no Brasil,

mas sem a extinção das escolas autônomas. Ocorreu nesse período a centralização do sistema educacional superior por parte do governo. Como afirmam Santos e Cerqueira (2009), a reforma foi marcada por uma intensa disputa pela hegemonia em relação à educação, especialmente em relação ao ensino superior, que então se travava entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais.

Para Durham (2005), a universidade já nasceu conservadora: o modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior. A partir de 1945, Segunda República, o sistema superior brasileiro começa a se expandir, ainda que lentamente:

o sistema de ensino superior continuou crescendo lentamente até 1960, época da formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. (Santos e Cerqueira, 2009, p.4).

O Período da Segunda República foi marcado pela atuação do movimento estudantil por reformas em todo o sistema educacional. O movimento buscava alterar a estrutura de ensino vigente. No entanto, apesar dos fortes embates do movimento estudantil contra o governo, tem-se nesse período a expansão e ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, início de instituições que buscavam vinculação à pesquisa e criação de instituições que tivessem foco no desenvolvimento do país, aliadas às classes populares no embate contra desigualdade social no ensino superior.

Apesar das reivindicações da União Nacional dos Estudantes (UNE) pela substituição de todo o setor privado, de acordo com Santos e Cerqueira (2009), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), votada em 1961 (governo de João Goulart, marcado por tensões sociais, tanto no âmbito civil quanto no âmbito militar), atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

Entre 1964 a 1980, período do Regime Militar, promulgou-se por meio de decreto-lei, no Governo de Castelo Branco, a anulação das ações dos movimentos estudantis, vetando qualquer manifestação de cunho político-partidário, racial e religioso. Tal iniciativa provocou atitudes radicais por parte dos estudantes, resultando em grandes passeatas e embates entre os

estudantes das universidades públicas e os segmentos do setor privado que apoiavam o regime militar.

As universidades brasileiras ficaram por mais de dez anos sob o controle do governo militar, o qual promoveu grande reforma no ensino superior brasileiro. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), a reforma dos militares possuía basicamente as seguintes mudanças:

a extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização). (Santos e Cerqueira, 2009, p.5).

O propósito da reforma dos militares era organizar o sistema federal das universidades, promover a pesquisa, o que curiosamente corroborava com as reivindicações do movimento estudantil e com as metas modernizadoras desde a década 1930. No entanto, nas palavras de Santos e Cerqueira (2009), a reforma foi incompleta; não houve verdadeira reforma curricular e a ampliação do sistema se deu simplesmente através da multiplicação da matrícula nos mesmos cursos tradicionais.

Na década de 1970, o Brasil vivenciou o período do chamado “milagre econômico”, o qual produziu seus efeitos no ensino superior brasileiro, promovendo o aumento da demanda pelo ensino superior. Tanto as instituições públicas quanto as privadas obtiveram proveito da política econômica adotada pelos governos militares. Segundo Santos e Cerqueira (2009, p.6), “o número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento”.

O aumento da demanda pelo ensino superior está relacionado ao crescimento econômico do país, bem como das camadas médias da sociedade. O setor privado, diferentemente do setor público, soube absorver esse período, com a oferta de cursos de baixo custo e na cobrança de menores exigências acadêmicas, tanto no o ingresso como no prosseguimento dos estudos até a graduação.

O período da década de 1980, período de crise econômica e transição política, foi caracterizado pela inércia do ensino superior tanto no setor público quanto no privado. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), o período foi marcado pela expansão dos cursos noturnos, com o objetivo de atender uma nova demanda, dando oportunidades aos estudantes já inseridos no mercado de trabalho, impossibilitados de frequentarem cursos diurnos. “Em

1986, 76,5% das matrículas se concentravam no setor privado. As universidades federais resistiam à implantação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas” (Santos e Cerqueira 2009, p.6).

O período entre 1985 e 1990 foi caracterizado pelo aumento expressivo das instituições superiores privadas, aumento que nem sempre foi positivo para o ensino como um todo. Foi marcado também pela luta pela democratização do ensino superior no país, dando origem à Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), que tinha em sua agenda a autonomia e democratização, refletidas na participação de professores e estudantes na gestão da universidade, por meio de mecanismos de representação.

A Era FHC, período de aprovação da LDB em 1996, trouxe inovações ao ensino superior, como a definição de universidade, instituição que articulasse ensino e pesquisa. Segundo Santos e Cerqueira (2009), criou-se nesse período o Exame Nacional dos Cursos, o conhecido “Provão”, que, a princípio, encontrou fortes resistências entre as instituições privadas e de alunos e professores do setor público. Implantou-se também a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores.

Segundo Cunha (2003, apud Santos e Cerqueira, 2009):

no octênio de FHC as principais ações voltadas para o ensino superior foram a normatização fragmentada, conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; criação do Enem, como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911; ampliação do poder docente na gestão universitária, a contragosto de discentes e de técnicos administrativos; reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; gestação de um sistema de avaliação da educação superior e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES. (Cunha ,2003, apud Santos e Cerqueira, 2009, p. 7).

O Governo Lula, com início em 2003, foi marcado pela edição do Decreto de 20 de outubro de 2003, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GT, encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Tal medida foi alvo de muitas críticas por parte das universidades federais, particularmente das associações de docentes, que a viam como uma tentativa de o governo desobrigar o Estado das suas responsabilidades para com a educação como um bem público.

De acordo com o GT (2003, apud Santos e Cerqueira, 2009, p.8), a última década foi de desarticulação do setor público brasileiro; as universidades federais não foram poupadas:

sofreram consequências da crise fiscal do Estado que afetaram seus recursos humanos, sua manutenção e investimento. A prioridade ao setor privado chegou ao setor do ensino superior, ocasião em que as universidades privadas experimentaram uma expansão recorde; porém, encontravam-se ameaçadas pelo risco de uma grande inadimplência e crescente desconfiança quanto a seus diplomas.

A Era Lula foi marcada por grandes discussões a respeito da “Reforma Universitária”, tema antigo e controverso, desde a época da ditadura militar. Alguns aspectos sempre foram recorrentes nos debates em se tratando de Reforma Universitária, tais como gestão, autonomia acadêmica e financeira, avaliação e regulação, estrutura e organização, democratização e acesso etc.

Nas palavras de Santos e Cerqueira (2009), de forma fragmentada, alguns avanços foram concretizados, como a aprovação da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Lei nº 10.861/2004, a criação do Programa Universidade Para Todos (Prouni), a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e da lei que institui a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior (Lei nº 12.711/2012, governo Dilma).

Uma série de novas ações e políticas foi e vem sendo empreendida pelo Ministério da Educação, o que supõe que o governo vem aos poucos colocando em prática a chamada Reforma Universitária. Como Políticas Recentes em relação ao ensino superior, é possível citar os programas de diversificação acadêmica e de articulação de ensino, pesquisa e extensão, como o Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979 como Programa Especial de Treinamento e alterado, posteriormente, para Programa de Educação Tutorial em 2004 na era Lula, cujo objetivo é apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. O programa propicia aos alunos a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica.

Outro importante programa lançado pelo Ministério da Educação, com vistas à democratização do ensino superior, é o chamado Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005. O sistema busca a ampliação e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio de parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo. A proposta é democratizar o acesso ao ensino superior para a população que vem sendo historicamente privada desse direito.

Na mesma linha de articulação de ensino, pesquisa e extensão, segundo Santos e Cerqueira (2009), tem-se o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), instituído através do Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008, com ênfase na inclusão social e com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para a implantação de políticas públicas. No âmbito da saúde, os Hospitais Universitários, ligados às IFES, contribuem para a formação de recursos humanos e desenvolvem tecnologia para a área de saúde. Articulados ao Sistema Único de Saúde (SUS), esses Hospitais possibilitam educação continuada e atualização técnica aos profissionais da área médica. Com fundamento no Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, o Ensino de Pós-graduação Destinada a Médicos (Residência Médica) confere ao médico residente o título de especialista.

Como programas de avaliação e regulação do sistema, foram criados o Sistema de Credenciamento e Recredenciamento de IES, o e-MEC (protocolo eletrônico por meio do qual o MEC instrui a regulação da oferta de ensino superior no país), o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), substituindo o “Provão” em 2004, com aplicação de provas para concluintes e ingressantes dos cursos de graduação, e o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador que caracteriza determinado curso com base na articulação de diversos instrumentos e fontes de avaliação.

Pode-se destacar como programas de articulação da educação superior com a educação básica o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), regulamentado pelo Decreto Nº 7.219, de 24 de junho de 2010, cujo objetivo é a interação das instituições universitárias formadoras de professores com as unidades escolares da Educação Básica, e o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), criado em 2006, também com preocupação da formação inicial do docente para a Educação Básica.

Destacam-se como programas de acesso e permanência O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com as mensalidades do seu curso. Com o intuito de dotar as IFES de infraestrutura adequada ao ingresso e à permanência da pessoa com deficiência, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) vem, desde 2005, apoiando projetos institucionais nessa perspectiva.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de 1998, avalia o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica e tem sido utilizado como mecanismo de seleção para a graduação. Em 2009, foi redimensionado como etapa única ou parcial para recrutamento de novos alunos. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (Reuni), 2007, ampliou o acesso e a permanência na educação superior. Todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram planos de reestruturação ao MEC. As ações objetivam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Para atender aos novos estudantes que chegam ao ensino superior público, particularmente nas IFES, o Governo instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Ministerial nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e, posteriormente, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, no intuito de garantir a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O programa busca viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES promove ações de assistência nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

1.2 Assistência estudantil como direito na política social de educação

Segundo Souza (2017), a Assistência Estudantil está situada na ideia inicial de que a sua trajetória está intimamente conectada à política de Assistência Social e de que ambas fazem parte do conjunto das políticas sociais públicas. Essa relação se dá também com a política de educação, “à qual a Assistência Estudantil está vinculada, formando-se assim uma cadeia de vínculos”. (SOUZA, 2017, p.33).

Ainda segundo a autora (2017), no processo de redemocratização do país, intensificou-se a discussão sobre a assistência estudantil, a qual possuiu duas frentes de luta em sua defesa: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, ambos instituídos na década de 1980 em defesa da integração regional e nacional das instituições de ensino superior (ressalta-se que o movimento estudantil também contribuiu para esse processo de redemocratização). O objetivo era assegurar a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva do direito social, para “contribuir, prevenir e erradicar a retenção e evasão escolar, decorrente de dificuldades

financeiras desses estudantes, garantindo, desse modo, a sua permanência acadêmica” (SOUZA, 2017, p.33).

E no marco da educação superior brasileira que ações na perspectiva da assistência estudantil se iniciam como um paradigma de direito social, obtendo fortalecimento e visibilidade por meio de políticas como a da Assistência Social. Para Souza (2017), as primeiras ideias sobre Assistência Estudantil permitem já um potencial diálogo com a política de Assistência Social, na concepção de atendimento de necessidades sociais básicas na esfera da educação, que podem ultrapassar a ideia de suprimento material. Esse diálogo contribui para a permanência do acadêmico no ensino superior. Assim, essas alegações estão ancoradas em uma visão crítica e reconceituada de Assistência Social, as quais se unem a questões conceituais, estruturais e práticas da Assistência Estudantil.

A Assistência social se define como “um conceito que se refere à provisão gratuita e, portanto, não contributiva e desmercadorizável, de bens e serviços indispensáveis à subsistência de grupos humanos submetidos à situação de pobreza” (PEREIRA-PEREIRA, 1996, p.70 apud SOUZA, 2017, p.34). É através dessa perspectiva que a Assistência Social está prevista na Constituição Federal - CF de 1988, obtendo status de direito de cidadania e compondo o tripé do sistema de Seguridade Social brasileiro: Saúde, Previdência e Assistência Social, constituindo-se dever do Estado.

Nesse sentido, os artigos 203 e 204 da Constituição, posteriormente regulamentados e especificados pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, explicitam que:

Art.203 da CF - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Art. 204 da CF - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.05, além de outras fontes, organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes de assistência social;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1998)

Em virtude disso, a Assistência Social, além de estar intrinsecamente ligada à educação, é também um direito assegurado pela Carta Magna. Ainda segundo a Constituição Brasileira de 1988, art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

De acordo com o (CFESS, 2011), a discussão da atuação do profissional do Serviço Social na área da educação remonta à década de 1930, desde as origens dos processos sócio-históricos que compõem a profissão. Porém, é na década de 1990 que o debate acerca da atuação desses profissionais na educação ganha destaque em conformidade, principalmente, com o amadurecimento teórico-político da profissão, expresso na construção do projeto Ético-Político profissional.

A discussão entre Serviço Social e educação ganharam força e visibilidade junto ao CFESS-CRESS em 2001, quando instituiu-se o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação com a finalidade de subsidiar o processo de discussão que se apresentava no cenário nacional.

Conforme Aranha (2001), os artigos 205 a 214 demonstram que a Constituição de 88 marcou a história da educação, ocasionando conquistas oriundas de lutas dos movimentos sociais, dos professores e dos estudantes, tendo como destaques a gratuidade do ensino público, a autonomia universitária e a aplicação de recursos através da União, estados e municípios à educação.

É nesse contexto que devemos destacar o PNAES, que possui uma evolução histórica com grandes avanços, o mais recente regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. O objetivo do PNAES é viabilizar o acesso e a permanência de estudantes que possuem perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Seus principais objetivos estão dispostos em seu artigo 4º:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Nas palavras de Magalhães (2012, p.96) as ações do PNAES “se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso”.

De certa forma, devemos compreender que atualmente vivemos em uma sociedade na qual a segregação social e as condições de vulnerabilidade social variam gradativamente. Assim, ainda na perspectiva de Magalhães:

A assistência estudantil deve se tornar uma política institucional que ultrapasse a existência apenas de programas de repasse financeiro, mas que possam ser pensadas ações para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades de modo que sejam oferecidas condições para transpor e superar possíveis obstáculos e dificuldades no seu trajeto acadêmico. (Magalhães, 2012, p.96)

É nessa perspectiva de atendimento e amplitude do PNAES que entendemos que o Serviço Social toma um papel fundamental na execução do programa, exigindo a presença de um profissional qualificado: o assistente social, como fundamental mediador e garantidor dos direitos de acesso.

Nesse contexto sabemos que o trabalho do assistente social é mediado por correlações de forças, as quais determinam-se pela contraditória dinâmica institucional e pela operacionalização dos serviços no domínio das políticas públicas. Nesse sentido, tomando como exemplo a Universidade, o processo de trabalho organiza-se de maneira garantir o acesso e permanência nessa instituição a título de direito.

Como veremos no capítulo seguinte o trabalho do assistente social, enquanto profissional técnico, como executor e implementador da política de assistência estudantil não se caracteriza como atividades privativas do Serviço Social, visto que organizasse como instituição dotada de equipe multidisciplinares.

De acordo com Cavalcante, Reis e Lira (2011):

No serviço social a multidisciplinaridade, geralmente, é muito vivenciada, devido à demanda das Instituições por esta modalidade de atendimento, fato que implica superposição dos conhecimentos de diversas áreas. Não podemos negar que ela representa um passo em relação ao trabalho interdisciplinar, mas nunca na direção de uma alternativa de oportunizar uma inter-relação ou troca entre os profissionais que possa trazer respostas para decifrar a “questão social” a partir de uma consciência humanitária, que se funde na integração entre a vida, a conduta e o conhecimento neste campo do trabalho (CAVALCANTE; REIS; LIRA, 2011, p. 5).

Embora o trabalho do assistente social esteja atrelado à estrutura organizacional da instituição, seu posicionamento deve estar direcionado ao atendimento das demandas impostas

pelos estudantes com o propósito de diminuir as desigualdades apresentadas no seu contexto social.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

2.1 Serviço Social e Processos de Trabalho

No Brasil, o Serviço Social surgiu no final da década de 1930, a partir do desencadeamento do processo de industrialização e urbanização. As primeiras escolas tiveram suas origens dentro da igreja Católica, em que:

o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida (FALEIROS, 2001, p. 88).

Sabe-se que as profissões são criadas para atender as necessidades dos homens. Assim acontece com o Serviço Social, que surgiu não de forma isolada, mas com o pressuposto de se desenvolver no mercado de trabalho, tendo como principal produto o social com dimensões socioeconômicas e políticas.

Segundo Netto (2001):

[...] a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a —questão social, tipificadas nas políticas sociais [...]. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais (NETTO, 2001, p. 74).

Para melhor compreensão Silva & Silva (1995) expõem que:

[...] a história da profissão só pode ser entendida no contexto das relações de classe, onde se expressa seu compromisso social. Historicamente, o Serviço Social tem evidenciado seu compromisso com os interesses das classes do bloco hegemônico do poder, confrontando-se, contraditoriamente, com a clientela que tem se constituído no sujeito de sua ação cotidiana (IAMAMOTO & RAUL apud SILVA & SILVA, 1995, p. 36).

Com a emersão da “questão social”, a força de trabalho torna-se mercadoria e gira em torno da mais valia do trabalho operário. Dessa forma, o operário troca sua força de trabalho pelo salário para seu sustento e de sua família, submetido pelo poder da classe burguesa. A partir dessa exploração que é submetido o operário, a classe burguesa vê a luta do proletariado como ameaça dos seus maiores valores.

Iamamoto (2008) coloca a questão social como:

(...) conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

Citando Iamamoto e Carvalho (1998), as leis sociais marcam deslocamento da “questão social” de ser apenas a contradição entre abençoados e não abençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias a sua superação.

Portanto, ainda segundo Iamamoto e Carvalho (1988, p. 129), se “as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social origina-se numa demanda diametralmente oposta”.

O Serviço Social passou por um processo histórico e entendê-lo como “processo de trabalho” não tem sido uma tarefa fácil, pois não há um consenso entre autores que estudam esse tema.

Para análise dos processos de trabalho, tomamos como base as demarcações do que significa trabalho, utilizadas por Marx (1985):

trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. O homem é quem modifica a natureza externa, como também a sua própria natureza (Idem, p. 53).

Ainda na perspectiva do autor, para efetivação do processo de trabalho, são necessários os seguintes elementos: a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

Iamamoto (2004) expõe que todo processo de trabalho implica em uma matéria-prima ou objeto em que se incide a ação de um sujeito. “[...], ou seja, o próprio trabalho requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado” (IAMAMOTO, 2004, p. 61).

É nessa perspectiva que Iamamoto (2004) traz o debate sobre questões que permeiam o Serviço Social como trabalho. A autora questiona: qual seria o objeto de trabalho do assistente social? Como responder à questão dos seus meios de trabalho? Como pensar a própria atividade e/ou o trabalho do sujeito? Qual seria o produto desse trabalho?

Sobre o objeto de trabalho, a autora afirma que a “questão social”, com suas múltiplas expressões, é a principal causadora da necessidade da ação do assistente social, seja esta ação “junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra, etc. (IAMAMOTO, 2004, p. 62). Sendo assim, as expressões da questão social são o objeto sobre o qual incide a ação do assistente social, ou seja, é a sua matéria prima.

Os instrumentais de trabalho do serviço social perpassam a ideia de um arsenal de técnicas: entrevistas; relatórios; estudos; pareceres sociais; encaminhamentos, dentre outros. Na visão da autora, a noção dos instrumentais se amplia para incluir o conhecimento como meio de trabalho, sem o qual esse trabalhador especializado não consegue realizar o seu trabalho.

Assim, compreende Iamamoto (2004):

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam (Ibidem, p. 62-63).

Embora o Serviço Social seja uma profissão regulamentada na América Latina como uma profissão liberal, essa profissão não se conforma assim. O profissional do Serviço Social, em outras palavras, não dispõe dos meios necessários à realização do seu trabalho, tais como financeiros, técnicos e humanos (necessários ao exercício profissional autônomo), o que põe em jogo sua relativa autonomia, como expõe a Iamamoto (2004) em sua tese:

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização (Ibidem, p. 63).

Logo, fica claro que a instituição empregadora não é um obstáculo para o exercício profissional, mas torna-se um viabilizador do fazer profissional.

Em relação ao trabalho ou à sua prática, Iamamoto (2004) incita-nos a pensar nos sujeitos que trabalham, a reconhecê-los como sujeitos dotados de valores culturais, éticos políticos- sociais, com bagagens técnicas e teórico-metodológicas.

Sabendo que o trabalho do assistente social está posto a atender as demandas colocadas pela sociedade, o fazer profissional se insere em um processo coletivo. Assim, é importante esclarecermos que a prática profissional do Serviço Social não ocorre de forma isolada de outras categorias profissionais. Os profissionais do Serviço Social devem estar ancorados em referenciais teóricos-metodológicos técnico-operativos e éticos-políticos da profissão, a fim de mediar os conflitos entre capital e trabalho, além de lutar em defesa dos direitos da classe trabalhadora, buscando ainda a efetivação e garantia das políticas públicas junto a outros profissionais.

Quanto ao produto do trabalho do assistente social, Iamamoto (2004, p.64) esclarece que “o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que têm produtos”. No entanto, ao ter afirmado que o trabalho do assistente social se expressa também sob a forma de serviços, a autora enquadra-o naqueles trabalhos que não se transformam em produtos separáveis da existência daqueles que lhes executam quando desfrutados.

2.2 A Proposta de Ruptura com o Tradicionalismo e a Consolidação do Projeto Ético Político Profissional

Diante das discussões apontadas, entendemos que o Serviço Social passou e tem passado por processos de reestruturação histórica e política e que seus embates foram importantes para a construção do Projeto Ético-Político, que desencadeou a ruptura com conservadorismo profissional, por meio do conhecimento, teoria social e crítica de compreender a sociedade capitalista e as mazelas da questão social. Dessa forma se opõe a todas as formas de exploração e dominação do homem sobre o próprio homem.

É na década de 1980 que emergem as discussões a fim de consolidar um novo projeto profissional, configurado como Projeto de Ruptura, rechaçando antigos métodos conservadores e práticas tradicionais exercidas pelos assistentes sociais, rebatidos no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que aconteceu em São Paulo em 1979, o chamado “Congresso

da Virada”. Esse processo desencadeou um novo currículo do Serviço Social- reformulado em 1982-1983, segundo Netto (1999):

É nesse processo que foram ressignificados modalidades prático-interventivas tradicionais e emergenciais novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. (NETTO, 1999 p.13)

No que se refere à renovação, com as mudanças que ocorreram na profissão que externaram tendências e possibilidades que se instituiu desde a Ditadura Militar, é a partir dessa ruptura que os profissionais passam a se reconhecer como classe trabalhadora. Ainda para Netto (2004) essa renovação pode ser definida como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2004 p. 131)

Nesse sentido, a proposta da prática profissional tem como legitimação o novo Projeto Profissional, o direcionamento crítico e capacidade de se articular através das suas dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas, a fim de efetivar os valores e o compromisso com o Serviço Social com o novo Projeto.

O Serviço Social, embora tenha sido travado por lutas, obteve muitas respostas positivas ao longo dos anos, como a promulgação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/93), as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS de 1996 e outras legislações sociais que dão visibilidade e legalidade aos campos de atuação da profissão, sistematizando princípios que compõem o projeto profissional. Para Barroco (2012):

As conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto, a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento. (Idem, 2012, p. 52).

O Código de Ética Profissional de 1993 exige suporte teórico com propósito de afirmar uma concepção ética dos valores ético-políticos e a fim de conceder sustentação às normas trazidas pelo próprio código, visto que tais exigências não eram prescritas nos códigos anteriores.

Nessa proposta, o código de 1993 se define por meio de uma nova ética, fundamentada na totalidade da realidade social. Constata-se que o código se empenha em lutar contra o conservadorismo moralista e a moralidade burguesa, evidenciando um novo perfil profissional elaborado democraticamente, não apenas com a finalidade de afirmar/reafirmar um aglomerado de normas, mas de buscar um novo perfil profissional, pressupondo o enfrentamento de antigas e novas expressões da “questão social”.

Esses marcos em si permitem figurar que a ruptura com a prática profissional tradicional possibilitou/possibilita ao assistente social assumir o compromisso com um projeto social democrático e posicionamento ético-político comprometido com a luta da classe trabalhadora. Ou seja, esse projeto social, é demarcado como Projeto Ético-Político que possibilita o profissional construir e dar novas respostas às demandas impostas através das expressões da “questão social”.

Entretanto, na perspectiva desse projeto, acredita-se que o Serviço Social é uma profissão na qual as atividades desenvolvidas por assistentes sociais se sobressaem, para isso espera-se que haja articulação, planejamento e execução das políticas sociais públicas nos diversos campos de atuação como: assistência social, educação, saúde, previdência social, habitação e até mesmo na assistência estudantil, objeto de pesquisa desse trabalho. Logo, para que direitos sociais sejam alcançados pelos profissionais, é necessário um posicionamento crítico diante da barbárie que perpassa e constitui as desigualdades sociais.

É considerável que haja articulação entre o Serviço Social e movimentos sociais que estejam ligados ao interesse do proletariado. Por conseguinte, entende-se que o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional é substancial para o direcionamento e o alcance da diminuição da vulnerabilidade social.

2.3 Atuação do Assistente Social: atribuições e competências

As atuações das profissões só se consolidam e evoluem se responderem as demandas postas pelos diversos setores da sociedade. Assim acontece com o Serviço Social, para (Iamamoto, 1995), a profissão atua frente a interesses contraditórios, onde somente uma das

partes pode ser fortalecida pela outra. Como dito no item anterior a ruptura do conservadorismo configurou a emergência da profissão onde a atuação do assistente social se pauta na construção de projeto profissional em que a “questão social”, o objeto de trabalho do profissional é considerado como produto e criação do modelo de produção capitalista.

A atuação do assistente social não pode ter seus efeitos se enfrentados de forma moralista e de responsabilidade individual. O enfrentamento as expressões da questão social devem se dá coletivamente, pautando-se pelo comprometimento do Código de Ética do Assistente Social com valor ético central e a defesa da democracia e dos direitos humanos (CFESS, 2012). O Código de Ética de 1993 expõe princípios que asseguram a importância de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. Nesse sentido, o Código de Ética repudia valores impostos pela sociedade capitalista, a exemplo o individualismo e a competitividade.

É importante potencializar o debate sobre as atribuições do Serviço Social, não apenas sobre atribuições privativas, mas sim das competências profissionais, frente ao que a lei expõe e sobre as possibilidades de atuação em que o assistente social é capaz de desenvolver/realizar no fazer profissional. A lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993), em seus artigos 4º e 5º respectivamente abordam, sobre as competências e atribuições privativas de profissionais do Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2012), “no sentido etimológico, a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (IAMAMOTO, 2012 apud TERRA 2000 p. 37). Dessa forma, entende-se por atribuições privativas ações ligadas diretamente a profissão, como a atribuição privativa de coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. Competências são compreendidas como ações que o assistente social pode desenvolver mesmo que não sejam exclusivas da profissão, como realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Vale ressaltar que é por meio conhecimento e reconhecimento das expressões da questão social que o Serviço Social se legitima, sendo necessário que as respostas dadas pelos assistentes sociais para os usuários estejam articuladas às dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, a fim de que se compreenda criticamente a produção e reprodução dos processos de trabalho na sua plenitude, com propósitos de se instituírem respostas mais efetivas.

2.4 Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica

Trindade (2001) insere a atuação do assistente social na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, uma vez que esse profissional participa de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais, desempenhando ações que incidem nas condições de vida do trabalhador e produzem “efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação de compra e venda da força de trabalho” (TRINDADE, 2001, p 1-2).

Em relação à esfera da regulação das relações sociais, Almeida (2015) aponta três pontos que merecem ser destacados no exercício profissional do assistente social: a necessidade de fundamentos teóricos metodológicos; a necessidade de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica e o reconhecimento de que a intervenção do assistente social tem um caráter político dentro da sociedade burguesa.

Através dessa constatação, pode-se fazer alusão às dimensões que compõe o exercício desse profissional: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa:

A respeito da dimensão teórico-metodológica a mesma é identificada como uma dimensão que possibilita “analisar o real e investigar novas demandas”, enquanto que a dimensão ético-política permite “avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidades e avaliar as consequências da ação”. Já a dimensão técnico-operativa, se considerada numa perspectiva crítica, não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas, uma vez que o profissional ao acioná-la, dentre outros aspectos, mobiliza as demais dimensões já apontadas (BACKX et al., 2013, p. 25 apud ALMEIDA, 2015, p.3).

O exercício profissional constitui-se de uma totalidade dessas três dimensões, as quais possuem suas particularidades. No entanto, ainda que possa haver predomínio de uma sobre outra, em certas ocasiões, elas mantêm uma relação de unidade. Considerando esse aspecto da totalidade, Backx et al. (2013, p. 17 apud ALMEIDA, 2015, p. 4) destacam que, na década de 1970, “era atribuída à dimensão técnico-operativa a responsabilidade exclusiva pela competência profissional, em especial, aos instrumentos e técnicas”.

Já na década de 1980, essa dimensão passa a um segundo plano, pois se atribuiu ao conhecimento teórico a responsabilidade pela competência profissional; posteriormente, com a aprovação do projeto de formação profissional de 1996, ocorreram algumas mudanças, já que “a categoria vem situar de forma mais precisa o que entende por competência profissional, qual

seja, uma competência nas três dimensões de intervenção: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa” (BACKX et al., 2013, p. 17 apud ALMEIDA, 2015, p. 4).

Backx et al. (2013 apud ALMEIDA, 2015, p.4) reconhecem a dimensão técnico-operativa como uma “síntese” do exercício profissional, a qual, considerada numa perspectiva crítica, não pode ser reduzida a questão dos instrumentos e técnicas. A dimensão técnico-operativa é o “modo de ser da profissão, o modo como aparece no movimento das três dimensões” (BACKX et al., 2013, p.23 apud ALMEIDA, 2015, p.4). Além da orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais, constituem também a dimensão técnico operativa:

as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, [e] o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico – operacionais (BACKX et al., 2013, p.27 apud ALMEIDA, 2015, p.4) .

Assim, observa-se que um conjunto de elementos configuram a dimensão técnico-operativa, os quais não podem ser considerados isoladamente durante a intervenção do assistente social na realidade. Trindade (2001) diferencia os instrumentos na esfera da produção material daqueles utilizados na regulação das relações sociais, uma vez que estes apresentam seus aspectos relativos à relação de subjetividade/objetividade de forma mais decisiva, pois “os resultados almejados se referem à mudança na consciência das pessoas e seus comportamentos” (idem, p.5). Assim, o “alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor” (idem, p.6).

Concernente às técnicas sociais¹, a autora (2001) aponta que, embora apareçam como instrumentos de aplicação imediata “portadores de um poder de racionalização das ações sociais que prescinde de qualquer definição política, seu caráter social está presente desde sua formulação (idem, p.6). “Há um conteúdo e um direção social próprios ao uso das técnicas, uma vez que elas são mobilizadas a partir da capacidade teleológica dos sujeitos diante das

¹ Segundo Trindade (2001, p.3), o conceito de técnica está marcado por uma complexidade e uma amplitude que podem ser verificadas na diversidade de conceituações e classificações a ele atribuído. Aqui, tomamos a técnica como associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (VARGAS, 1994, p.15 apud TRINDADE, 2001, p.3).

exigências de controle dos conflitos sociais” (TRINDADE, 2001, p.6 apud ALMEIDA, 2015, p.5).

Desta forma, Almeida (2015) retifica que o uso de instrumentos e técnicas no âmbito das relações sociais não é desprovido de conteúdo político, segundo anuncia o racionalismo formal e abstrato próprio à hegemonia burguesa, “pois o uso destes nas atividades produtoras de regulação das atividades sociais visa produzir novas atitudes e/ou novos comportamentos entre os homens” (idem, p.6).

Trindade (2001) destaca que “o racionalismo próprio à hegemonia burguesa, de cunho formal e abstrato, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, instituições e organizações sociais, funcionando como mecanismo de produção e reprodução ideológica” (idem, p.4) em que as necessidades de legitimação da ordem burguesa privilegiam uma racionalidade a qual ignora as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social e nega a constituição ontológica do real. “Nessa perspectiva a instrumentalidade se vê limitada a um padrão que contempla apenas as ações racionais, que produzem fins imediatos”, em que a tecnologia de cunho social é vista como “modo de fazer” desprovida de qualquer conteúdo político (idem, p.5).

Contudo, o uso de instrumentos e técnicas no âmbito da regulação das relações sociais, quando considerado a partir de uma teoria histórico-crítica, não se distancia de um conteúdo político. Assim, Almeida (2015) salienta que tal afirmativa que dela decorre é importante para a compreensão do que se constitui e representa o instrumental técnico-operativo do Serviço Social. “Compartilhamos da ideia de que a técnica é uma construção histórica que implica em aprimoramento do instrumento. Esse aprimoramento, por sua vez, aciona o conjunto de dimensões que integra o exercício profissional” (idem, p.6).

Nesse sentido, Trindade (2001) traz que, para realizar a efetivação de sua ação, o assistente social aciona “um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material” (idem, p.2). Tais instrumentos e técnicas, no âmbito da regulação das relações sociais, são elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais, bem como são utilizados por diversas práticas sociais (ALMEIDA, 2015).

O instrumental técnico-operativo do Serviço Social é:

[...] o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é notável atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica, fundamentalmente, a habilidade no uso do instrumental. [...]. Decorre também que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas

ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética [...] (MARTINELLI E KOUMROUYAN, 1994, p.137 apud ALMEIDA, 2015, p.7)

Segundo Trindade (2001, p.6), para consecução de seu trabalho, o assistente social aciona o instrumental técnico-operativo, que colabora para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Assim, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais. Almeida (2015) enfatiza que:

a articulação do instrumental técnico-operativo às dimensões que compõem o exercício profissional do assistente social bem como a identificação de que o mesmo é parte constitutiva da dimensão técnico-operativa no Serviço Social, nos remete ao fato de que, apesar do Serviço Social brasileiro utilizar (ou reutilizar) instrumentos na atualidade que foram utilizados na década de 1930, por exemplo, não se constitui numa ativação desses instrumentos desprovida de direcionamento ético-político e teórico-metodológico (idem, p.7-8).

A autora (2015) define que a própria história do serviço social no Brasil demonstra o quanto o uso de instrumentos e técnicas, nos mais variados contextos histórico-sociais, nunca esteve destituído de direcionamento ético-político e teórico-metodológico. Para Trindade (2001), em seu período inicial, o Serviço Social tinha o “seu componente técnico-operativo [...] montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência; aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica” (idem, p. 8).

Nas décadas de 1930 e 1940, as ações filantrópicas se tornam insuficientes para atender à racionalidade exigida pelo Estado no Brasil. Com isso, o Serviço Social, começa a “estruturar (com mais consistência) os respaldos teórico-metodológicos e ético-políticos fundamentadores da profissão, bem como começa a se organizar um arsenal técnico que possibilita sua intervenção” (TRINDADE, 2001, p. 10). Para Almeida (2015), à organização desse arsenal técnico, nessas décadas, encontravam-se interligados tanto ao acervo técnico das práticas tradicionais de assistência, quanto à necessidade de maior tecnificação e qualificação do Serviço Social. Diante dessa necessidade, a profissão passou a importar a “produção profissional norte-americana, marcada pelos influxos advindos da sociologia conservadora norte-americana”, em que havia uma perspectiva psicologizante que hipervalorizava a personalidade e a relação interpessoal no trato das manifestações da questão social.

Nos anos de 1950 e 1960, ocorre a ampliação da área de atuação do assistente social no Brasil, uma vez que passa a se envolver em trabalhos sociais de caráter ‘comunitário’, ou seja, sua intervenção passa a dirigir-se às parcelas mais abrangentes da população. A profissão passa a interagir com diferentes instituições e profissionais. Essa interação entre diferentes profissões expressa-se no uso de instrumentos e técnicas (provenientes de diferentes disciplinas) que viabilizam os processos de Desenvolvimento de Comunidade. “Isso significou uma ampliação nas abordagens profissionais dos assistentes sociais” (TRINDADE, 2001, p.13-14).

Em relação ao uso dos ‘métodos profissionais’ de Caso, Grupo e Comunidade, observa-se que a disseminação desses métodos:

[...] trouxe um embasamento técnico mais consistente para a ação profissional, com a consequente utilização de um instrumental mais elaborado. No entanto, neles prevalece a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir um instrumental-técnico, com maior precisão e controle. Desta maneira, encontramos uma concepção de método limitada a um conjunto de procedimentos predeterminados com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas que, por sua vez, são abordados apenas como atitudes e habilidades (TRINDADE, 2001, p.14).

Segundo Almeida (2015), a consolidação de um novo projeto profissional em consonância com as novas requisições de modernização conservadora do Estado, na década de 1970, imprime ao Serviço Social do Brasil a característica de se modernizar e de se laicizar. “Os assistentes sociais assumem, nessa época, atividades de planejamento, coordenação e avaliação de programas sociais, além de atividades de execução final, que já lhes eram peculiar” (TRINDADE, 2001, p.14); isso demandou a obtenção de novos instrumentais de intervenção mais sofisticados. Assim, sintonizados ao padrão técnico-burocrático de gestão do desenvolvimento capitalista desse período, os assistentes sociais passam a utilizar a pesquisa social e o planejamento como instrumentos prioritário de sua prática (ALMEIDA, 2015). Além disso, ainda segundo a autora (2015), a profissão reconhece as limitações de sua prática e, por isso, busca uma renovação que, a princípio, propôs a superação da prática profissional consolidada entre 1930 e 1960. Contudo, “[...] o máximo que conseguem é imprimir aos tradicionais métodos de Caso, Grupo e Comunidade um revestimento teórico-técnico mais sofisticado” (TRINDADE, 2001, p. 15), buscando integrá-los aos objetivos de envolver a classe trabalhadora ao processo de desenvolvimentismo do país, dentre outros aspectos.

Nas palavras de Almeida (2015, p.9), no fim da década 1970 e início dos anos de 1980, a hegemonia do projeto profissional conservador passa a ser questionada por profissionais

interligados ao segmento da tradição profissional e por setores profissionais que se incompatibilizam com as inovações da modernização. No debate profissional dos anos de 1980, há duas principais direções de renovação da profissão: a vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de ruptura. A primeira vertente, de acordo com Trindade (2001), não se constituía como um novo projeto profissional, pois apesar da incorporação da fenomenologia, a orientação profissional permanece aliada aos projetos de institucionalização e modernização. Já a segunda vertente é perpassada pelo processo de um clima político de luta pela redemocratização do país, assim como pela existência de “parcelas significativas da categoria reconhecerem a necessidade de recorrer a um conhecimento desvelador das contradições da realidade, que possibilite uma postura profissional mais voltada aos interesses dos setores subalternos da sociedade [...]” (idem, p. 18).

É diante da existência desse projeto profissional que, segundo Almeida (2015), põem-se em evidência questionamentos referentes a toda a base profissional até então construída em suas formulações teóricas e na prática, no interior das instituições. Trindade (2001 apud ALMEIDA, 2015, p.10) destaca que, a partir disso, o tratamento voltado ao instrumental técnico-operativo da profissão assume outra direção, sendo priorizado os instrumentais que viabilizem a participação de cunho coletivo. Ainda segundo Almeida (2015), a partir do desenvolvimento de um novo projeto profissional, bem como das mudanças sócio-históricas ocorridas no Brasil e das modificações no caráter das demandas que chegam ao assistente social, as respostas que são dadas por esta profissão a estas demandas são modificadas; estas características perpassam a década de 1990 até os dias atuais.

Nesse sentido, vale destacar que:

A permanência de procedimentos de caráter individual, grupal, coletivo e administrativo-organizacional não expressa a mera continuidade de um padrão (permanente e imutável) inerente à prática do Serviço Social. Isto porque a configuração dos procedimentos e do instrumental técnico-operativo acompanha as alterações históricas da base sócio organizacional do Serviço Social e está marcado por tratamentos diferenciados conferidos pelos projetos profissionais. Ainda que alguns instrumentos e técnicas constituam o acervo interventivo dos assistentes sociais desde os primórdios, eles são acionados como parte dos procedimentos que constituem um processo de intervenção nas relações sociais. Assim, o instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não se constituindo, portanto, um acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja apresentado pelo pensamento dominante, racional-formal (TRINDADE, 2001, p. 22)

Portanto, o instrumental técnico-operativo, numa perspectiva crítica, além de acompanhar as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social, é marcado

pela dinâmica de cada movimento histórico da sociedade burguesa e “pelas respostas/projetos profissionais elaborados pela categoria” (TRINDADE, 2001, p.7). Além disso, Almeida (2015) destaca que se deve considerar o espaço sócio ocupacional em que se desenvolve a prática do assistente social, as demandas e requisições que chegam até esse profissional, o perfil dos diferentes usuários que recorrem aos diversos setores de serviços ao qual o assistente social se vincula, etc.

O instrumental técnico-operativo do Serviço Social, bem como a dimensão técnico-operativa da atuação profissional do assistente social não podem ser encarados como algo isolado, permanente, imutável e desprovido de dimensão política. Vimos que, apesar de no cotidiano, por vezes, uma dimensão ser mais evidenciada que as outras e o uso do instrumental técnico-operativo da profissão ter a constante necessidade de ser acionado, muitos outros aspectos devem ser levados em conta a partir de uma visão de totalidade.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO: AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A realização de estudos socioeconômicos como metodologia de intervenção social é uma das competências do assistente social em todas as suas áreas de exercício, conforme a Lei Federal 8662/93, que regulamenta a profissão. Essa lei explicita em seu art. 4º que é competência profissional:

“realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefício e serviço sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993).

Vale ressaltar que a realização de estudos socioeconômicos não é uma atividade privativa do Serviço Social. Contudo, a instrumentalização desses estudos pelo assistente social se torna importante para que o profissional conheça a realidade social de cada estudante, de forma a contribuir para minimização das desigualdades socioeconômicas que milhares de estudantes enfrentam frequentemente.

Para Miotto (2009):

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social, remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (Idem, p.482).

Como nas demais áreas, a assistência estudantil enquanto política seletiva se vale da realização de estudos intermediados por instrumentais que proporcionam a seleção de estudantes que serão beneficiados com os programas, serviços e projetos da instituição de ensino. Ilustramos, portanto, a seguir, dados que subsidiaram a construção desse trabalho de conclusão de curso.

No capítulo anterior, falamos dos processos de trabalho do Serviço Social, segundo perspectivas de alguns autores. Essa conceituação se fez necessária para que possamos analisar os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social utilizados na Diretoria de

Desenvolvimento Social e a atuação do profissional do Serviço Social, tendo em vista que a demarcação da natureza do trabalho do assistente social foi importantíssima para a construção deste trabalho.

Neste capítulo, são elencados os principais programas de assistência estudantil disponibilizados pela Universidade de Brasília, bem como os instrumentais técnico-operativos utilizados pela equipe técnica da Diretoria (DDS). No entanto, não nos aprofundaremos na historicidade de cada programa e/ou instrumento, mas sim como são operacionalizados.

Pudemos destacar que, a partir 2008, ocorreram mudanças significativas nos programas de assistência estudantil por meio do Programa Nacional de Educação (PNAES).

Assim sabemos que a Política de Assistência Estudantil tem a finalidade de ampliar as condições de acesso e permanência dos estudantes na educação superior pública federal, o que implica o desenvolvimento de estratégias de inclusão social, democratização do acesso, permanência e formação acadêmica com qualidade, evitando-se a retenção e a evasão do estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Para ingressar em programas socioassistenciais, os estudantes precisam estar regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação ou pós-graduação e serem identificados pela equipe de assistentes sociais como socioeconomicamente vulneráveis, após um processo de avaliação socioeconômica.

A Universidade de Brasília semestralmente publica editais por meio eletrônico a fim de regulamentar os processos de ingresso aos programas da assistência estudantil. Destacamos que a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/UnB) é responsável pelos seguintes programas: Bolsa Alimentação, Auxílio Alimentação, Auxílio alimentação complementar para estudantes do Programa Moradia, Programa Auxílio Socioeconômico, Programa Moradia Estudantil – Graduação, Programa Moradia Estudantil - Pós-Graduação, Programa Bolsa Permanência MEC, Programa Auxílio Emergencial e Programas Desenvolvidos em Parceria, como o Programa de Acesso à Língua Estrangeira.

Os dados a seguir, que tratam da conceituação dos programas da assistência estudantil da DDS/UnB, foram extraídos do Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) de 2015. Todos os programas mencionados possuem editais específicos (edital da Avaliação Socioeconômica para acesso aos programas de Assistência Estudantil em anexo 3).

3.1 Programas, projetos e ações da Assistência Estudantil

3.1.1 Bolsa Alimentação

O programa possui parceria com o Restaurante Universitário – RU/UnB e tem por objetivo fornecer refeições em caráter gratuito, as quais são servidas diariamente pelo restaurante (café da manhã, almoço e jantar) aos estudantes de graduação e de pós-graduação participantes dos programas de assistência estudantil (PPAES).

De acordo com o Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) de 2015, até meados de agosto desse mesmo ano, apenas o Campus de Planaltina da UnB não possuía o RU em funcionamento.

A partir de 10 de agosto de 2015, o programa bolsa alimentação foi estendido também aos estudantes de graduação PPAES do Campus de Planaltina com a inauguração do Restaurante Universitário.

3.1.2 Auxílio Alimentação

O Auxílio Alimentação teve caráter paliativo, concedido a estudantes de graduação PPAES dos Campi que não possuíam o Restaurante Universitário. O valor mensal do auxílio consistia em R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais) mensais. A fonte de recursos do programa era proveniente do PNAES e atendia apenas estudantes da graduação.

Como exemplo de transição, no exercício de 2015, houve a inauguração do Restaurante Universitário de Planaltina. Assim, os estudantes desse Campus migraram do Programa Auxílio Alimentação para a gratuidade no acesso ao RU do Programa Bolsa Alimentação.

Com o funcionamento regular dos RUs em todos os Campi, esse programa caiu em desuso e se extinguiu, em conformidade com a Resolução que o cria.

3.1.2.1 Auxílio alimentação complementar para estudantes do Programa Moradia

O relatório supracitado expõe que além dos Programas Bolsa Alimentação e Auxílio Alimentação, a DDS/DAC desenvolvia uma ação complementar ao Programa Bolsa Alimentação. Estudantes PPAES participantes do Programa Moradia Estudantil (Graduação)

recebiam um auxílio alimentação complementar para os dias em que o RU não estivesse em funcionamento, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais por dia).

3.2 Programa Auxílio Socioeconômico

O programa consiste na concessão mensal de um auxílio financeiro de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes da Universidade de Brasília, contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos presenciais de graduação. O presente programa é regulamentado por meio da Resolução do CAD/UnB n.º 0012/2014. A participação no programa consiste em seleção por meio de edital específico e sua permanência está vinculada ao bom rendimento acadêmico do estudante, de acordo com o currículo e fluxo do seu curso e com as normas da UnB.

3.3 Programa Moradia Estudantil – Graduação

Conforme relatório, o Programa Moradia Estudantil – Graduação, assim como os demais, é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estejam regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação, cujas famílias residam fora do Distrito Federal e não possuam imóveis no território desse ente federado. O programa disponibiliza vagas em apartamentos na Casa do Estudante ou ainda concede auxílio financeiro no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) quando não houver disponibilidade de vagas na CEU/UnB e na existência de quotas em pecúnia mediante disponibilidade orçamentária.

Ressalta-se que os estudantes PPAES residentes no Distrito Federal proveniente de áreas rurais e de regiões de difícil acesso ao seu Campus de origem têm acesso ao presente programa somente em forma de pecúnia. No entanto, a inclusão dos estudantes ao programa depende da comprovação da vulnerabilidade socioeconômica, que poderá ser confirmada através da visita domiciliar.

3.3.1 Programa Moradia Estudantil - Pós-Graduação

A moradia Estudantil para estudantes da Pós-Graduação consiste na destinação de vagas de moradia em caráter temporário para estudantes da pós-graduação *stricto sensu*

(mestrado e doutorado) presenciais da UnB. As vagas são especificamente para estudantes que não possuem imóveis no Distrito Federal. As disponibilizações das vagas são em apartamentos do Bloco K, situado na Colin (Campus Darcy Ribeiro). As vagas são disponibilizadas através de ordem de classificação e estão condicionadas a vacâncias. Assim como os demais programas até agora mencionados, a moradia da pós-graduação segue critérios de edital específico, publicado semestralmente.

Atualmente o Bloco K conta com 18 apartamentos, que comportam 72 estudantes (04 por apartamento). Infelizmente, a disponibilidade de vagas não atende à demanda posta à universidade, o que ocasiona a necessidade de um planejamento para melhoria do atendimento e ampliação de vagas. Vale ressaltar que esse programa não faz parte do PNAES, o qual destina-se apenas a estudantes da graduação.

3.4 Programa Bolsa Permanência - MEC

Conforme o portal do MEC, o Programa Bolsa Permanência consiste em auxílio financeiro de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). É destinado a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes. O valor anteriormente mencionado é estabelecido pelo Ministério de Educação e é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

O PBP/MEC é regulamentado pela Portaria/MEC nº 389, de 09 de maio de 2013, e é assegurado também aos estudantes indígenas e quilombolas, sendo um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal, atualmente no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Diferentemente do Auxílio socioeconômico disponibilizado pela UnB, a bolsa PBP/MEC possui os seguintes critérios: o estudante deve estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, não ter ultrapassado dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado e ser de etnia indígena ou quilombola.

3.5 Programa Auxílio Emergencial

O Auxílio Emergencial é disponibilizado para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica inesperada e momentânea e que, prioritariamente, não estejam inseridos em Programas de Assistência Estudantil da Universidade.

Conforme Resolução da Reitoria (UnB) n.º 109/2013, situações caracterizadas como momentâneas e inesperadas são analisadas pela equipe técnica da DDS/DAC, mais especificamente pelo quadro de assistentes sociais. O estudante que necessitar do auxílio poderá contar com valor equivalente ao Auxílio Socioeconômico, R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). No entanto, o estudante pode receber o auxílio uma única vez sem que tenha participado de estudo socioeconômico prévio realizado pela DDS/DAC.

3.6 Programas Desenvolvidos em Parceria

3.6.1 Programa de Acesso à Língua Estrangeira-UnB/Idiomas

Diferentemente dos demais programas, o Programa de Acesso à Língua Estrangeira tem parceria com a Escola UnB Idiomas. São disponibilizadas até duas vagas em cada turma semestralmente para estudantes PPAES, com isenção das mensalidades.

3.6.2 Vale-Livro

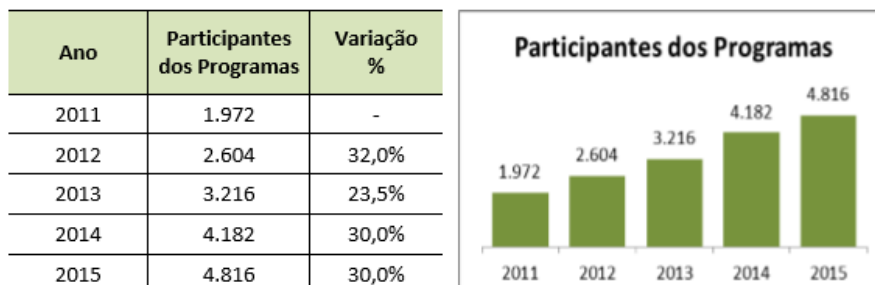
Com início em 2009, o programa consiste em disponibilizar cinco vales a cada semestre letivo, que dão direito a estudantes PPAES o desconto de 10%, além dos 40% já oferecidos a sociedade acadêmica, para compra de materiais pedagógicos (livros editados pela Editora UnB).

3.7 Evolução da assistência estudantil na Universidade de Brasília - UnB

Os dados abaixo foram extraídos do Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) /UnB de 2015. Os programas mais acessados foram: Bolsa Alimentação, Auxílio Socioeconômico e Moradia Estudantil (graduação), respectivamente.

3.7.1 Participantes dos programas de assistência estudantil

Tabela 1 - Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil – 2011 a 2015



DDS - Relatório de Gestão 2015

Tabela 2 - Estudantes Participantes dos Programas de Assistência Estudantil por campus – 2008 a 2015

Ano	Darcy Ribeiro	FCE	FGA	FUP	Total
2008*	570	-	-	-	570
2009	591	189	50	69	899
2010	788	223	69	103	1183
2011	1.322	320	142	188	1972
2012	1.735	404	165	300	2604
2013	2.031	431	294	460	3216
2014	2.503	497	337	845	4182
2015	3.121	511	348	836	4816

DDS Relatório de Gestão 2015

Os estudantes classificados como PPAES – Participantes dos Programas de Assistência Estudantil – têm direito de acesso ao Programa Bolsa Alimentação. Estudantes dos campi Darcy Ribeiro, FCE, FGA e FUP gozam da gratuidade no Restaurante Universitário. Verifica-se que houve ampliação da assistência estudantil dentro da universidade, levando-se em consideração diversos fatores, dentre eles o aumento da dotação orçamentária e ampliação do quadro de profissionais. Em comparação ao ano de 2011, a assistência estudantil foi ampliada em cerca de 144% em 2015 na UnB, somando um total de 4816 estudantes nesse referido ano (tabela 1).

Essa ampliação ocorreu não apenas no campus Darcy Ribeiro, mas se estendeu aos demais campi. A tabela 2 mostra que, a partir de 2009, a assistência estudantil se expandiu aos demais campi da Universidade. De 2009 a 2015, o número de estudantes participantes do

Programa de Assistência Estudantil aumentou 170%, 596% e 1111% nos campi FCE, FGA e FUP, respectivamente.

3.7.2 Programa Auxílio Socioeconômico

Tabela 3 Estudantes Participantes do Programa Auxílio Socioeconômico – 2011 a 2015

Ano	Auxílio Socioeconômico		
	Novas Vagas	Total	Variação
2011	556	1006	-
2012	200	1206	19,9%
2013	280	1480	22,7%
1º/2014	452	1938	30,9%
2º/2014	458		
1º/2015	433	2432	25,5%



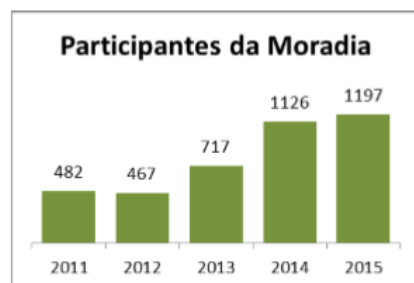
DDS Relatório de Gestão 2015

Aumentou cerca de 142%, entre 2011 e 2015, a quantidade de estudantes contemplados pelo programa Auxílio Socioeconômico. No entanto, segundo o Relatório DDS/2015, houve alguns atrasos na publicação dos editais do programa referente ao semestre 2º/2015, devido à greve dos servidores técnico-administrativos (maio a outubro de 2015). Assim, a convocação dos estudantes para assinatura do termo de compromisso e recebimento do auxílio ocorreu apenas no início de 2016.

3.7.3 Programa de Moradia Estudantil (graduação)

Tabela 4 Participantes do Programa de Moradia Estudantil da Graduação por Campus – 2011 a 2015

Ano	Moradia Graduação	
	Total	Variação
2011	482	-
2012	467	-3,1%
2013	717	53,5%
2014	1126	57,0%
2015	1197	6,3%



DDS Relatório de Gestão 2015

Apesar de uma leve diminuição no número de estudantes participantes do programa em 2012, é de se destacar a grande ampliação do programa até 2015. Em relação a 2011, o número de estudantes contemplados aumentou cerca de 148% em 2015, totalizando 1197 estudantes (mais do que o dobro).

3.7.4 Recursos Humanos

Tabela 5 Profissionais da DDS por Cargo e Tipo de Vínculo

Profissionais	2013	Novas contratações	Saídas	2014	2015
Servidores					
Assistentes Sociais	9	10	3	16	17
Assistente Administrativo	1	2	-	3	4
Administrador	1	1	1	1	2
Enfermeira	1	-	-	1	1
Estatístico	-	1	-	1	1
Pedagogas	2	1	-	3	3
Técnico em Assuntos Educacionais	1	-	-	1	1
Secretárias Executivas	-	-	-	-	2
Funções de Confiança					
Diretor (CD-4)*	1	-	-	1	1
Coordenador Administrativo (FG-1)	1	-	-	1	1
Coordenador SME/CGCEU (FG-1)*	1	-	-	1	1
Coordenador SPS (FG-1)	-	1	-	1	1
Assistente de Direção CGCEU (FG-2)	-	1	-	1	1
SICAP					
Assistentes Sociais	6	3	9	-	-
Assistente Administrativo	3	-	-	3	-
Terceirizados					
Contínuo	2	-	-	2	-
Auxiliar Técnico	1	1	1	1	1
Auxiliar Administrativo	-	1	-	1	1
Estagiário Técnico	1	-	1	-	-
Estagiários					
Estagiário de Graduação	7	4	5	6	6
TOTAL	38	26	20	44	44

* No decorrer do ano de 2014, foram substituídos os servidores na função de Diretor e de Coordenador CGCEU.

DDS Relatório de Gestão 2015

Em virtude de decisão do Ministério Público do Trabalho, houve o desligamento de todos os profissionais SICAP² da Universidade, incluindo assim os colaboradores da Diretoria. Com o ingresso de novos servidores, a DDS/UnB vem buscando equilibrar seu quadro de recursos humanos. Conforme a tabela acima, com a demissão dos SICAPs, nove assistentes sociais foram desligados, o que é uma perda significativa.

² Os SICAP's eram profissionais que atuavam na Universidade de Brasília sob contratos de trabalho precários.

Conforme consta no relatório (2015), mesmo com o ingresso de novos servidores na DDS e com o crescimento do número de profissionais contratados de 2013 para 2015 (tabela 5), é preciso ainda que mais profissionais sejam contratados para atuação na Diretoria. Os servidores nomeados em 2014 ainda não foram suficientes para cumprir a demanda de atendimentos e estudos, que é crescente – a demanda de estudantes participantes dos programas de assistência estudantil em 2015 cresceu 15% em relação a 2014 (tabela 1).

Outro desafio da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) / UnB é melhorar seu espaço físico. A DDS está localizada no subsolo do prédio da Reitoria e a utilização do espaço para atendimento das demandas de assistência estudantil é, por vezes, precária.

3.8 Análise dos dados referentes ao Estudo Socioeconômico

Os programas citados até o momento foram criados e são reformulados de acordo com a necessidade acadêmica, a fim de atender a demanda de estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo dos programas é diminuir as desigualdades sociais dentro da academia e a evasão de estudantes que não possuem condição de dar continuidade ao curso.

Situamos até aqui os processos de trabalho do Serviço Social e, conseqüentemente, as atribuições do assistente social nas diversas áreas de atuação. Aqui nos detemos à área da assistência estudantil, na qual a figura do assistente social é central para o desenvolvimento do processo de avaliação socioeconômica dos estudantes que são classificados como perfil PPAES (apto) e NPPAES (não-apto).

A seleção de estudantes participantes dos programas de assistência estudantil da UnB está atrelada ao uso de instrumentais técnico-operativos, como entrevistas, visitas domiciliares, avaliação socioeconômica, emissão de parecer social, dentre outros. Esses instrumentais são necessários para a realização do estudo socioeconômico.

Ressaltamos que, para que haja um diálogo no momento da entrevista, é necessário que o assistente social saiba reconhecer e ouvir os problemas expostos pelo usuário, além de identificar as particularidades das demandas, a fim de construir conjuntamente estratégias de enfrentamento e apresentação de soluções para as situações vivenciadas.

As entrevistas não devem se reduzir apenas a aplicação de questionários com perguntas e respostas, que muitas vezes acabam inibindo e empobrecendo a relação entre o assistente social e o estudante. Entende-se que a proposta é ir além de um diálogo ou de uma conversa informal e não deve se reduzir à busca de dados sobre a vida do usuário. Acredita-se que uma

entrevista adequada deve começar com o acolhimento do estudante e não propriamente com o problema que o levou a procurar os serviços do assistente social.

Diferentemente da entrevista, sobre a visita domiciliar devemos compreender que:

antes de tudo, a visita domiciliar serve ao alcance de um objetivo. Desde o momento em que se projeta a visita até sua efetivação, estamos planejando uma melhor aproximação da realidade do sujeito ou grupo que se pretende observar ou atender (AMARO, 2003, p. 50)

Utiliza-se a visita domiciliar como uma ferramenta a fim alcançar determinados objetivos, na conjuntura de um programa ou serviço e que faz parte de um planejamento. Como esse instrumental intervém no espaço privativo do outro, é necessário que o profissional responsável por sua instrumentalização comunique previamente a sua realização. Para Amaro (2003), o intuito do profissional “é atender o cidadão, respeitando sua rotina familiar e pessoal, desorganizando o mínimo possível o cotidiano familiar”. (AMARO 2003, p.52).

Dentre entrevistas e visitas domiciliares os assistentes sociais podem utilizar como instrumental o parecer social, podendo elaborá-lo por meios dos dados coletados, seja na visita, ou ainda por intermédio das entrevistas.

Segundo Silva (2000), Parecer Social é o instrumento de realização do compromisso profissional com os usuários visando à equidade, a igualdade e a cidadania, indispensável ao novo fazer profissional em especial na área de benefícios sociais se confirma como um significativo campo de atuação profissional.

O parecer técnico deve conter o posicionamento do profissional que assistiu a realidade social, organizando as informações coletadas a fim de viabilizar os direitos sociais ao usuário. Aqui nos valem desse termo “parecer técnico”, pois é o utilizado no campo da pesquisa. Vale ressaltar que o parecer deve se apresentar como conclusivo a partir das opiniões do profissional sobre a situação analisada, devendo fazer referência aos elementos analíticos indispensáveis e aos instrumentos utilizados nas dimensões investigativa e interventiva.


Fez-se necessária uma pesquisa de campo exploratória na Diretoria de Desenvolvimento Social. Tomamos como base documental a porcentagem de 3% a 5% dos estudos socioeconômicos realizados no período do 2º/2016 (aproximadamente 50 estudos). Os estudos foram realizados através de avaliação socioeconômica, hoje um dos principais mecanismos utilizados pela Diretoria, para identificação dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para que possamos chegar ao ponto crucial desta pesquisa, precisamos ainda evidenciar o processo do estudo socioeconômico ancorado na perspectiva do resultado - a avaliação socioeconômica. A efetivação da ação se inicia através do preenchimento do estudo socioeconômico realizado por meio do SAE. O estudo preliminar/socioeconômico está disponível através de plataforma eletrônica. Sendo assim, o estudante precisa preencher um formulário, anexar documentação comprobatória, imprimi-lo e entregá-lo de acordo com as especificações publicadas em edital próprio. Na página seguinte temos a FIGURA 1 ilustrando o SAE atualmente.

Após a efetivação do processo supracitado, os estudantes só precisam comparecer à DDS para validação dos documentos caso se apresente como documentação incompleta. É importante esclarecer que as validações são realizadas pelos Assistentes Sociais, mas que quando necessário, há a intervenção da equipe multidisciplinar, psicólogos (as) e pedagogos (as).

Os assistentes sociais também utilizam o SAE, onde é realizada a avaliação do estudo socioeconômico do estudante. É por meio da ferramenta que o profissional emite o parecer social dos estudantes.

Figura 1 - Página Inicial da Ferramenta SAEWEB



Universidade de Brasília - UnB
 Serviço de Programas de Desenvolvimento Social
 Sistema de Assistência Estudantil WEB

[Página Inicial](#) | [Consultas](#) | [Ajuda](#) | [Sair do Sistema](#)

Usuário: Allane Valeria Ferreira Santos | Sistema de Assistência Estudantil WEB

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil tem a finalidade de atenuar os efeitos das desigualdades socioeconômicas, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, prevenir a retenção e evasão destes estudantes possibilitando a sua permanência e diplomação na Universidade.

Na Universidade de Brasília (UnB), o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), por meio da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), é responsável pela coordenação, planejamento, gerenciamento e avaliação dos programas e projetos de prestação de serviços sociais à comunidade universitária.

O Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS)/DDS desenvolve programas de assistência estudantil destinados aos estudantes regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) da UnB no *Campus Darcy Ribeiro* (Plano Piloto), na Faculdade UnB – Ceilândia, na Faculdade UnB – Gama e na Faculdade UnB – Planaltina.

Os estudantes participam de um processo de avaliação realizado pela equipe de assistentes sociais do Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS), no qual são classificados de acordo com sua situação socioeconômica, em: Grupo I – situação considerada insuficiente para a manutenção na Universidade; Grupo II – situação considerada parcialmente insuficiente; e Não Prioritário – situação socioeconômica considerada suficiente para a sua manutenção na Universidade.

Os Programas de Assistência Estudantil oferecidos são:

- Bolsa Alimentação para estudantes do *Campus Darcy Ribeiro* (Plano Piloto):** permite que os estudantes tenham acesso às refeições a um preço subsidiado em diferentes níveis, de acordo com sua classificação no processo socioeconômico. Os estudantes identificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica pertencente aos Grupos I e II têm o desconto, respectivamente, de 80% (pagam R\$ 0,50) e 60% (pagam R\$ 1,00) sobre o valor pago nas refeições servidas no Restaurante Universitário-RU, cujo parâmetro é o valor cobrado para os estudantes definidos como Não Prioritário (pagam R\$ 2,50).
- Auxílio-Alimentação para estudantes de graduação da Faculdade UnB – Ceilândia, da Faculdade UnB – Gama e da Faculdade UnB – Planaltina:** visa garantir ao estudante dos 03 novos *Campi* a mesma política de alimentação oferecida aos estudantes do *Campus Darcy Ribeiro*. Contribui para o atendimento das necessidades básicas de alimentação destes estudantes. O Auxílio-Alimentação consiste no repasse mensal de recurso em forma de pecúnia no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para os estudantes classificados nos Grupos I e II, conforme Resolução da Reitoria N°. 55/2009.
- Bolsa de Permanência para estudantes do *Campus Darcy Ribeiro* (Plano Piloto), da Faculdade UnB – Ceilândia, da Faculdade UnB – Gama e da Faculdade UnB – Planaltina:** tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade. Os estudantes dos Grupos I e II têm a oportunidade de realizar atividades em projetos vinculados prioritariamente à sua área de formação acadêmica, recebendo mensalmente recurso financeiro no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), conforme as Resoluções da Reitoria nº 001/1997 e nº 14/2009.
- Moradia Estudantil para estudantes de graduação do *Campus Darcy Ribeiro* (Plano Piloto), da Faculdade UnB – Ceilândia, da Faculdade UnB – Gama e da Faculdade UnB – Planaltina:** visa a garantir a permanência e diplomação na Universidade dos estudantes de graduação do Grupo I e II, prioritariamente, que não possuem residência no Distrito Federal, conforme disposto na Resolução do Conselho Administrativo N°. 06/2008. Os estudantes selecionados serão encaminhados para Casa do Estudante Universitário de Graduação (CEU), de acordo com a disponibilidade de vagas.
- Moradia Estudantil para estudantes da pós-graduação do *Campus Darcy Ribeiro* (Plano Piloto):** tem a finalidade de garantir a permanência e diplomação dos estudantes regulares de pós-graduação (mestrado e doutorado) que não possuem residência fixa no Distrito Federal. Os estudantes selecionados serão encaminhados para Casa do Estudante Universitário de Pós-Graduação (CEU- Colina Bloco "K"), de acordo com a disponibilidade de vagas. A solicitação de vaga na moradia estudantil da pós-graduação ocorre apenas no primeiro semestre letivo de cada ano.
- Vale-Livro para estudantes de graduação e pós-graduação:** tem o objetivo de garantir a qualidade acadêmica e o acesso à informação. Os estudantes dos Grupos I e II terão direito a 5(cinco) vales, por semestre, com desconto de 10%, além dos 40% concedidos à comunidade acadêmica para compra de livros editados pela Editora da UnB (EDU).

Para solicitar a participação nos Programas de Assistência Estudantil clique no menu **Estudo Preliminar**.

© 2007-2017 CPD - Centro de Informática
 UnB - Universidade de Brasília

O sistema divide-se em cinco abas: **Página Inicial, Estudo Preliminar Ajuda, Estudo socioeconômico e Sair do Sistema**. É importante mencionar que, quando o prazo de solicitação expira, algumas abas ficam indisponíveis, como mostra a FIGURA 1. Assim, o estudante só terá acesso à ferramenta para obter informações sobre o resultado da análise, mesmo que não tenha concluído o estudo.

O SAEWEB apresenta em sua página inicial um breve esboço dos programas da assistência estudantil. Podemos notar que se faz necessária uma atualização quanto a descrição dos programas apresentados, tendo em vista que já houve reformulações e alterações em alguns programas.

A instrumentalização da avaliação socioeconômica é utilizada com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico de cada estudante, a partir dos dados declarados, tendo como prerrogativa caracterizar estudantes como público-alvo dos programas de assistência estudantil. Objetiva-se, através dessa metodologia, a classificação como perfil e não perfil socioeconômico dos estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de indicadores pré-estabelecidos no instrumental.

A utilização de indicadores em um estudo social permite que o profissional obtenha uma maior aproximação à realidade. É nesse sentido que analisamos, a partir dos dados apresentados no instrumental, quais são as limitações e os pontos positivos.

Na página seguinte, FIGURA 2, estruturamos de forma simples os aspectos que compõe a avaliação socioeconômica realizada pela UnB.

Figura 2 - Estudo socioeconômico/Estudo preliminar

Universidade de Brasília		Diretoria de Desenvolvimento Social	
ESTUDO SOCIOECONÔMICO			
<u>Identificação do Aluno</u>			
Matrícula:	Nome:	Período:	Data:
Motivo:	Nível:	Curso:	Campus: Habilitação:
Período de ingresso:	Forma de ingresso:	Data/UF de Nascimento:	
Sexo:	País de Nascimento:	CPF:	
Isonção taxa de vestibular:	Teve abatimento:	Raça:	
<u>Histórico Escolar</u>			
Ensino Médio:	Escola:		
Pré-vestibular:	Faz outro curso superior fora da UnB:		
Fez outro curso de nível superior:			
<u>Situação profissional/renda -Trabalha com vínculo</u>			
Instituição:	Função:		
Remuneração (R\$): Está Licenciado (a):			
Já trabalhou: Recebe bolsa da graduação:			
Recebe mesada da família: Contribui para a renda familiar:			
<u>Situação atual de moradia</u>			
Endereço no DF:	Cidade:	CEP:	Telefone:
Endereço DAA:	Cidade/UF DAA:	CEP DAA:	
Telefone:	Celular:	e-mail:	
Como reside atualmente:	Como reside sua família:	Valor aluguel (R\$):	
<u>Estado Civil</u>			
Estado Civil:			
<u>Dados do Pai/da Mãe</u>			
Nome:	idade:	CPF:	
Endereço:	Cidade:	UF:	CEP:
Grau de Instrução:	Profissão:	Remuneração:	Local de trabalho:
<u>Bens pertencentes à família</u>			
Casa/Apartamento:	Chácaras/Sítios/Fazendas:	Área total:	
Terrenos:			
Imóvel(is) e/ou firma (s) comercial(is):			
Aspirador de pó:	Computador:	Freezer:	Geladeira: Rádio:
Máquina de lavar roupa:	TV em cores:	TV a cabo:	
Video cassete/DVD:	Telefones:		
<u>Outras Informações</u>			
M. de transporte utilizado semanalmente: Empregada mensalista: banheiros:			
<u>Grupo Familiar</u>			
Dados referentes aos dependentes legais da sua família:			
<u>Justificativa</u>			

3.8.1 Parecer Técnico do Assistente Social

Através dos aspectos socioeconômicos demográficos do questionário, exemplificados na FIGURA 2, o assistente social encontra subsídios para emitir seu parecer técnico. Quando necessário, esse profissional pode, na entrevista de validação da documentação, complementar as informações explicitadas no questionário através de itens adicionais, os quais, por vezes, são subjetivos.

Vale ressaltar que, além dos aspectos socioeconômicos demográficos explícitos, o próprio estudante pode descrever no campo justificativa quais são os motivos que o levaram a solicitar a participação nos programas da assistência estudantil. É a partir do preenchimento das informações pelo estudante, da apresentação dos documentos solicitados e da entrevista que assistente social pode consolidar as informações e emitir o parecer social através da ferramenta SAEWEB.

Para a classificação da situação socioeconômica, o assistente social utiliza-se de diretrizes que atribuem pontuações ao estudante, de acordo com os dados preenchidos no questionário. A pontuação final só poderá ser alterada em caso de erro na avaliação do técnico.

São estabelecidas, semestralmente, pontuações aos aspectos do estudo sócioeconômico. Quanto maior a pontuação do estudante, menor é a possibilidade de ser classificado como apto (PPAES). Como exemplo, pode-se citar o item Cidade de moradia do estudante no DF. Cidades como Lago Norte ou Jardim Botânico (área nobre) recebem pontuação alta (5), enquanto cidades como Ceilândia ou Recanto das Emas (área periférica) recebem pontuação mínima (1). A localização de moradia interfere na pontuação no sentido de que, muitas vezes, o estudante que vive em zonas periféricas tem menores oportunidades, tem maior exposição à violência, dentre outros fatores.

Na validação dos documentos, o técnico (assistente social) pode alterar, a depender do caso, a pontuação do estudante em virtude de não comprovação das informações apresentadas. Por exemplo, se o estudante assinalar a opção “sim” que contribui para a renda familiar, o técnico deverá analisar documentação apresentada e em caso de não comprovação, alterar para “não”. Nesse sentido, há ocasiões em que poderá ser realizada visita domiciliar para subsidiar a análise da situação apresentada.

Através dos estudos analisados, verificou-se que os aspectos presentes na avaliação socioeconômica que mais influenciaram na classificação do estudante como perfil PPAES foram a renda do grupo familiar, localidade de moradia e situação atual de moradia. Desses estudantes, cerca de 90% pertencem a um grupo familiar com renda per capita de até um salário

mínimo e meio, 72% vivem no Entorno ou em cidade de zona periférica no Distrito Federal e 48% moram em casas alugadas ou cedidas.

Atualmente, podemos citar como ponto negativo o excesso de burocracia, inclusive nos métodos de validação documental, como uma grande barreira no estudo socioeconômico, o que torna, muitas vezes, oneroso o trabalho. Por vezes, o estudante precisa retornar por falta de documentação. A defasagem do estudo socioeconômico é fruto, além de fatores internos, da falta de cooperação de outros setores da Universidade como um todo. Ao trabalhar com o instrumental avaliação socioeconômica, o assistente social precisa ser cauteloso ao utilizá-lo, no sentido de defender e ampliar os direitos sociais, e não se limitar a um mero agente burocrata e tecnicista.

Contudo, contraponto ao excesso burocrático e indo ao encontro da ideia de ampliação da cidadania, foram evidenciados alguns avanços nos métodos de avaliação socioeconômica, como, por exemplo, a desconsideração, desde 2014, de itens que elevavam a pontuação do estudante que possuía maiores quantitativos de bens pertencentes à família, como geladeiras, rádios, máquinas de lavar, carros e etc. Essa desconsideração está sendo realizada na prática quando há a validação do estudo socioeconômico. Atualmente, o SAE apresenta esses itens como zerados, mas infelizmente ainda constam no questionário que é respondido pelo estudante no sistema.

É preciso que sejam repensados e reestruturados, atualmente, alguns pontos da avaliação socioeconômica a fim de que sejam mitigadas algumas barreiras que comprometem a efetividade do instrumental. É importante a ação intersetorial da Universidade para que se busque o combate à burocracia e que se promova uma política de oportunização e aplicação dos direitos. O assistente social deve atuar de forma crítica e racional, não restringindo-se a mero cumpridor de regras institucionais e legais.

A prática profissional apresenta algumas limitações, principalmente no planejamento equânime do recurso financeiro destinado às ações da assistência estudantil, pois muitas vezes a demanda da assistência estudantil se restringe à dotação orçamentária. O trabalho do assistente social também se defronta com a inviabilidade de realizar entrevistas e visitas domiciliares para todos os estudantes, tendo em vista a grande demanda posta (mesmo sendo essa abordagem individual/coletiva importante para viabilização do estudo socioeconômico).

Vale ressaltar que o estudo socioeconômico possibilita conhecer a realidade dos estudantes, objetivando intervir e compreender com justiça social e equidade, a fim de assegurar o acesso ao direito à assistência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho foi motivada por inquietações adquiridas ao longo da graduação, as quais se estreitaram na realização do Estágio em Serviço Social 2 na DDS/DAC. Ao realizar a pesquisa de campo, pude perceber alguns pontos que deveriam ser evidenciados nesse trabalho, como a falta de atualização do instrumental técnico-operativo utilizado para classificação de estudantes PPAES, a avaliação socioeconômica.

A avaliação socioeconômica, nosso objeto de pesquisa, apresenta um alto grau de complexidade, demandando assim uma leitura interdisciplinar. A equipe deve estar sempre discutindo/problematizando os casos (quando necessário discutindo também com Equipes Multidisciplinares de outras abrangências) para que novas medidas sejam tomadas, novos projetos sejam apresentados. No entanto, como em qualquer outra instituição, seja ela privada ou pública, enfrentam-se alguns impasses, como a burocracia.

Para evidenciar as dificuldades e desafios referentes à avaliação socioeconômica, é necessário não só identificar as demandas postas ao instrumental, como também ao assistente social, para que assim se problematize o meio teórico, técnico e ético-político. O Serviço Social está em meio às relações contraditórias e conflituosas entre o Estado e a sociedade civil, das quais surgem os limites e as possibilidades de atuação do profissional, em meio aos atendimentos individuais e ao trabalho coletivo realizado.

Constantemente, há enfrentamentos dos conflitos e contradições vivenciadas pelo serviço social na luta por acesso universal aos direitos sociais, bem como na luta por condições mais dignas de trabalho. Em meio às tensões, conflitos e limites institucionais, também é válido ressaltar que o assistente social pode se posicionar e atuar a favor da classe subalterna ou dos interesses da classe dominante, apesar de seu compromisso assumido junto ao projeto ético-político da profissão.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender os trâmites dos estudos socioeconômicos e atuação do assistente social a partir da observação participante e quais os limites que instrumental apresenta no decorrer da sua execução.

A assistência estudantil na Universidade de Brasília tem se posicionado como um desafio para os profissionais do Serviço Social, pois o trabalho tem se tornado cada vez mais mecânico e burocrático. Apesar do crescimento da assistência estudantil na Universidade, alguns desafios ainda precisam ser superados, como a implementação de um acompanhamento permanente de solicitações realizadas pelos estudantes, para ter-se maior controle do trâmite,

do tempo de resposta e dos deferimentos/indeferimentos, bem como a atualização do Sistema de Assistência Estudantil (SAE), o qual, atualmente, encontra-se defasado para a realização do trabalho dos profissionais da DDS.

É necessário o desenvolvimento de articulações por parte dos assistentes sociais como forma de fortalecer o exercício profissional, assim como também a articulação com outras categorias profissionais que partilham dos mesmos objetivos, como preconiza o Código de Ética Profissional. Não há dúvidas que a equipe tem conseguido avançar na produção e divulgação do conhecimento e tem buscado fortalecer a luta pela consolidação dos direitos da assistência estudantil.

Espera-se que esta pesquisa obtenha visibilidade quanto aos processos de trabalho dos assistentes sociais e instrumentais técnico-operativos utilizados pela categoria. Como dito na análise da pesquisa, um dos desafios é a diminuição do retorno do estudante referente a falta de documentação. Uma alternativa que poderia ser estudada pela DDS é o envio informatizado da documentação especificada pelos editais, o que contribuiria para diminuição gradativa de pasta dos estudantes e de retornos por falta de documentação.

Sabemos que a atual conjuntura rema na contracorrente e que se faz necessário um esforço constante por parte da categoria, tanto no que diz respeito a sua organização e participação política, quanto ao constante aprimoramento intelectual, à produção e divulgação do conhecimento, ao aprimoramento dos instrumentais técnico-operativos e à busca de fortalecimento dos direitos do estudante ou até mesmo do próprio profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karinne de Oliveira Almeida. **A dimensão técnico-operativa no serviço social e o instrumental técnico-operativo desta profissão: pontos para reflexão.** In: I Congresso Nacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, Londrina – PR, 2015.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação.** Minas Gerais, 2005.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa.** Porto Alegre, AGE, 2003.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2001

BARROCO, Maria Lucia Silva. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: **Serviço Social e ética convite a uma nova práxis.** 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência. Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES, 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 16 out. 2012.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm

_____. Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007b. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

_____. Portaria nº 389 de 09 de maio de 2013. **Programa Bolsa Permanência.** Ministério da Educação-MEC. Disponível em: <http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>.

_____. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

BONNETTI (org.) et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** 8. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

CAVALCANTI, A. S.; REIS, M. L.; LIRA, S. A. Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. Anais... Brasília: IPEA, 2011.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília, setembro 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** 15 de março de 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf

Diretoria de Desenvolvimento Social. (2015). **Relatório anual da DDS.** Brasília, DF: Coordenação da DDS.

DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada** (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FINATTI, Elmer Betty e ALVES, Jolinda de Moraes. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL** – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior.** Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

IAMAMOTO, M. **A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho.** In: O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marila Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1988.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil.** In: **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** PROEX: UFU - MG, 2012, p.88-97.

MARINHO, Fabiana Lopes. **Um Estudo sobre a percepção dos usuários acerca da Política Nacional De Assistência Estudantil na DDS/UNB.** 2015. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MIOTO, R. C. **Estudos socioeconômicos.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-96.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. **O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.** In: **FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace.** Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p. 167-79.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, A. P & CERQUEIRA, E. A. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes.** In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, nov./2009.

SILVA, M. L. L. **Um novo fazer profissional.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS. ABEPSS – CEAD/NED – UnB, 2000

SILVA & SILVA, M. Ozanira da (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** 4. d. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida. **NA TRAVESSIA: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação.** Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2017.

TERRA, Sylvia Helena. Parecer jurídico n. 27/98. Assunto: Análise das competências do assistente social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei n. 8.662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo, 2000.

TEXEIRA, Braz, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, H. Saber e poder: **os dilemas da universidade brasileira.** São Paulo. Estudos Avançados 14 (40), 2000.

TRINDADE, Rosa Lúcia P. **Desvendando as Determinações Sócio-históricas do Instrumental técnico-operativo do Serviço Social na Articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais.** In: Revista Temporalis, ano2, n.4, jul/dez, 2001

ANEXOS:

Anexo 1

Recorte do Código de Ética

TÍTULO III DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Das Relações com os/as Usuários/as

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; 30 Código de Ética
- f) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

CAPÍTULO V

Do Sigilo Profissional

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Anexo 2

Termo de Confidencialidade para utilização e manuseio de dados de Pesquisa

Eu, Allane Valéria Ferreira Santos, matrícula 11/0058020, estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, autora da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso **“Os instrumentais utilizados na assistência estudantil da UnB como principal acesso à democratização dos direitos sociais”**, sob orientação da professora Carolina Cassia Batista Santos, gostaria de consultá-la sobre a disponibilidade e permissão para manusear os dossiês dos estudantes participantes dos programas de assistência estudantil e realizar diálogos com os/as assistentes sociais que desenvolvem estudos socioeconômicos, considerando a solicitação constante no processo SEI UnB N. 23106.021582/2016-51.

A metodologia da pesquisa consiste em um estudo de caso qualitativo, de caráter exploratório, fundamentada na coleta de dados bibliográficos e documentais, tais quais, análise de relatórios, estudos socioeconômicos, legislações, livros, artigos científicos, cartilhas e acesso a *homepages*, entre outras. O número de dossiês a serem consultados está limitado a 30, que serão escolhidos de maneira aleatória.

A consulta aos dossiês e os diálogos com os/as assistentes sociais têm como objetivo: analisar a efetividade dos instrumentais da assistência estudantil na Universidade de Brasília, mais especificamente na avaliação socioeconômica, com relação à garantia de acesso a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o PNAES. A contribuição dos/as assistentes sociais convidados/as a participar da pesquisa também ajudará para esclarecimento de dúvidas sobre os processos de trabalhos e a utilização dos instrumentais técnico-operativos.

Comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda documentação e toda informação obtidas nas atividades e pesquisas. Será assegurado o compromisso e o sigilo de que os dados serão preservados, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Serviço Social (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993) e a Resolução do CNS nº 510, de 07 de abril de 2016.

Declaro ter conhecimento de que as informações e os documentos pertinentes às atividades técnicas do projeto de pesquisa somente poderão ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou em que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Se a Diretoria tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderá me contatar através do telefone (61) 99141-8141 ou pelo e-mail alanevaleria@gmail.com.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com a Direção da Diretoria de Desenvolvimento Social, além de seguir pelo sistema SEI/UnB.

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura da pesquisadora.

Assinatura da orientadora

Anexo 3



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

EDITAL N. 01 – 2º/2016

AValiação Socioeconômica para Acesso aos Programas de Assistência Estudantil

A Decana de Assuntos Comunitários, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital de Avaliação Socioeconômica para acesso de estudantes caracterizados em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Universidade de Brasília aos Programas de Assistência Estudantil.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Conforme preconiza o [Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010](#), a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

São objetivos do PNAES:

- I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

2 DO RECURSO FINANCEIRO

3.2.1 Os recursos financeiros para a manutenção dos Programas de Assistência Estudantil são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – Decreto N. 7.234/2010 (Fonte: 100) e da Fundação Universidade de Brasília – FUB (Fonte: 112).

4 DA FINALIDADE DA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

4.1 A Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília destina-se a estudantes regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) no *Campus* Darcy Ribeiro (Plano Piloto), na Faculdade UnB - Ceilândia (FCE), na Faculdade UnB - Gama (FGA) e na Faculdade UnB - Planaltina (FUP).

4.2 Para efeitos da Avaliação Socioeconômica, os estudantes serão classificados, de acordo com as seguintes categorias:



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

I) Estudante participante do Programa de Assistência Estudantil (PPAES) - situação socioeconômica considerada insuficiente para sua manutenção e permanência na Universidade;

II) Estudante não participante do Programa de Assistência Estudantil (NPPAES) - situação socioeconômica considerada suficiente para a manutenção do estudante na Universidade.

4.2.1 Os estudantes classificados como Participantes do Programa de Assistência Estudantil (PPAES), caracterizados com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, são elegíveis para acesso aos benefícios.

4.3 Para participar dos Programas de Assistência Estudantil, o estudante deverá submeter-se à Avaliação Socioeconômica, que compreende os seguintes procedimentos:

I) preenchimento dos formulários disponíveis no SAEWEB <http://www.saeweb.unb.br/>;

II) entrega de documentos no Serviço de Programas de Assistência Estudantil da Diretoria de Desenvolvimento Social (SPS/DDS) do campus de origem.

4. DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

4.1 A Assistência Estudantil da Universidade de Brasília compreende os seguintes programas:

4.1.1 **Alimentação gratuita no Restaurante Universitário (RU):** permite aos estudantes classificados como PPAES dos cursos presenciais de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado) dos *Campi* Darcy Ribeiro, Ceilândia e Gama e Planaltina em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acesso gratuito às refeições (café da manhã, almoço e jantar) servidas nos Restaurantes Universitários (RUs).

4.1.2 **Moradia Estudantil:**

4.1.2.1 Da Graduação: destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação, prioritariamente àqueles cujas famílias residam fora do DF e não possuam imóveis no DF e excepcionalmente aos estudantes residentes no DF provenientes de zonas rurais e de regiões de difícil acesso ao seu *campus* de origem.

4.1.2.1.1 Para ter acesso ao Programa Moradia Estudantil – Graduação (PME-G) o estudante deverá estar matriculado pelo menos no mínimo de créditos exigidos pelo respectivo curso (exceto calouros e formandos);



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

4.1.2.1.2 Aos estudantes PPAES do *Campus* Darcy Ribeiro o benefício da moradia estudantil é disponibilizado nas modalidades: vaga em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU/UnB) e em forma de pecúnia, com a concessão mensal de auxílio financeiro no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

4.1.2.1.3 Aos estudantes PPAES dos *Campi* FCE, FGA e FUP o benefício da moradia estudantil é disponibilizado somente em forma de pecúnia, com a concessão mensal de auxílio financeiro no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

4.1.2.1.4 O benefício da moradia estudantil será concedido prioritariamente a estudantes de fora do Distrito Federal, e excepcionalmente a estudantes do Distrito Federal.

4.1.2.1.5 Os estudantes PPAES residentes no Distrito Federal, proveniente de áreas rurais e de regiões de difícil acesso ao seu *Campus* de origem, terão acesso ao PME-G unicamente em forma de concessão mensal de auxílio financeiro em pecúnia. A inclusão destes estudantes dependerá de: a) comprovada necessidade socioeconômica; b) existência de quotas, em pecúnia.

4.1.2.1.6 Estudantes matriculados em cursos inseridos no sistema de alternância não são elegíveis para o Programa Moradia Estudantil.

4.1.2.2 Da Pós-Graduação: moradia destinada a estudantes que residam fora do DF e que não possuam imóveis no DF. Disponibiliza vagas em apartamentos do Bloco K, situado na Colina, no *Campus* Darcy Ribeiro.

4.1.2.2.1 As vagas para o Programa Moradia Estudantil da Pós Graduação (PME-PG) serão disponibilizadas de acordo a ordem de classificação e estão condicionadas a vacâncias.

4.1.3 **Auxílio Socioeconômico:** destinado a estudantes PPAES dos cursos presenciais de graduação da UnB com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais, contribuir para a permanência, evitar a retenção e promover a diplomação. Consiste em auxílio mensal no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

4.1.3.1 Para ter acesso ao Programa Auxílio Socioeconômico (PASEUnB) o estudante deverá estar matriculado no mínimo de créditos exigidos pelo respectivo curso (exceto calouros e formandos), entregar documentação para participar da Avaliação Socioeconômica no SPS/DDS de seu *Campus* de origem até o primeiro dia de inscrições no PASEUnB e, posteriormente, candidatar-se em Edital próprio a ser divulgado.

4.1.3.2 As inscrições dos estudantes para participação no Programa Auxílio Socioeconômico serão feitas presencialmente mediante preenchimento de **requerimento próprio** no SPS/DDS



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

do seu *Campus* de origem.

4.1.4 Programa Bolsa Permanência do MEC: conforme o Ofício-Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC, o programa é destinado a estudantes indígenas e quilombolas.

4.1.5 Vale Livro: desenvolvido em parceria com a Editora da UnB que disponibiliza aos estudantes de graduação e de pós-graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica 05 (cinco) vales por semestre, com desconto de 10%, além dos 40% concedidos à comunidade acadêmica.

4.1.6 Acesso a Língua Estrangeira: desenvolvido em parceria com o Programa de Extensão UnB Idiomas, que disponibiliza aos estudantes PPAES, em cada semestre letivo, até duas vagas por turma nos cursos de línguas oferecidos com isenção de mensalidade. As inscrições são realizadas no Programa de Extensão UnB Idiomas de acordo com calendário próprio.

5. DA INSCRIÇÃO NA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

5.1 Para ter acesso aos Programas de Assistência Estudantil o estudante deverá participar da Avaliação Socioeconômica. A inscrição é realizada via Internet, no período de 17 de agosto a 25 de outubro de 2016, no endereço eletrônico do SAEWEB <http://www.saeweb.unb.br/>.

5.1.1 Para efetuar a inscrição são imprescindíveis o *login* e a senha utilizados no Sistema Matrícula Web.

5.2 O estudante, no ato de inscrição, deverá preencher o formulário de Avaliação Socioeconômica no SAEWeb, imprimi-lo e entregá-lo assinado com a documentação exigida (Anexo 01), **em seu campus de origem:**

5.2.1 *Campus* Darcy Ribeiro (Plano Piloto): SPS/DDS, Subsolo do Prédio da Reitoria, sala BSS 16;

5.2.2 SPS/DDS da Faculdade de Ceilândia - FCE, Prédio UAC - Mezanino, Sala A1 09/07 - Centro Metropolitano, Conjunto A, Ceilândia Sul;

5.2.3 SPS/DDS da Faculdade do Gama: FGA, Área Especial de Indústria - Projeção A, Setor Leste;

5.2.4 SPS/DDS da Faculdade de Planaltina: FUP, Área Universitária 01, Vila Nossa Senhora de Fátima.

5.3 Não serão aceitas inscrições por via postal, fax, procuração não registrada em cartório ou correio eletrônico.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

5.4 Entende-se que ao efetuar inscrição o candidato declare conhecer e aceitar todas as normas estabelecidas neste Edital e retificações se houver.

5.5 As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro.

5.6 É de inteira responsabilidade do estudante o acompanhamento do resultado do processo seletivo no SAEWeb.

5.7 É de inteira responsabilidade do estudante a atualização de seus dados cadastrais para que a DDS entre em contato com o discente quando necessário.

5.8 A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e judiciais cabíveis e anulará inscrição para participação nos Programas de Assistência Estudantil.

6. DA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

6.1 Em conformidade com Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), [Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010](#), em seu Artigo 5º, serão atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados por critérios socioeconômicos desta universidade. Na avaliação socioeconômica serão considerados os seguintes componentes de avaliação:

6.1.1 Renda familiar (somatório de todos os rendimentos das pessoas físicas que compõem o núcleo familiar, de eventuais pessoas jurídicas - empresa ou pequenos negócios - e renda de capital ou bens imóveis).

6.1.2 Profissão/ocupação e nível de escolaridade do(s) mantenedor(es) ou cônjuge.

6.1.3 Grupo familiar (o número de membros declarados no formulário socioeconômico e comprovados mediante documentação).

6.1.4 Local de moradia do estudante e da família.

6.1.5 Despesas da família com aluguel ou com financiamento da casa própria.

6.1.6 Pessoas diagnosticadas com doenças graves, degenerativas, crônicas e pessoas com deficiência.

6.2 Poderão ser realizados contatos com a rede familiar e de apoio, visitas domiciliares e



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

solicitados outros documentos, inclusive os originais, para subsidiar a análise da situação de vulnerabilidade vivenciada pelo estudante e sua família.

6.3 A metodologia da Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Moradia Estudantil da Graduação e da Pós-graduação inclui entrevista e, se necessário, visita domiciliar a ser realizada por assistente social do *Campus* de origem do estudante.

7. DO RESULTADO AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

7.1 O resultado da Avaliação Socioeconômica estará disponível no SAEWeb e será divulgado **semanalmente**, no quadro de avisos da DDS/DAC no *Campus* UnB - Darcy Ribeiro e nos SPS/DDS/DAC da FCE, da FGA e da FUP, de acordo com o item 2.2 deste Edital e conforme a ordem de entrega pelo estudante da documentação exigida.

7.2 Será indeferida a solicitação do estudante que tenha apresentado a documentação fora dos prazos definidos no Edital ou que denote incoerência com os dados informados.

7.3 Será indeferida solicitação do estudante que tenha apresentado documentação incompleta e no prazo de **15 dias corridos** após notificação no SAEWeb não comparecer à DDS para conhecimento dos documentos faltantes.

7.4 Será indeferida solicitação do estudante que após notificação em atendimento presencial sobre quais documentos deve apresentar para completar avaliação socioeconômica não cumprir prazo estabelecido por profissional responsável pela análise.

7.5 Os resultados das avaliações socioeconômicas não serão fornecidos por telefone, fax ou correio eletrônico.

8. DO RECURSO AO RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

8.1 O estudante que desejar interpor recurso ao resultado da Avaliação Socioeconômica deverá solicitar em formulário próprio na DDS/DAC no *Campus* Darcy Ribeiro, no SPS/DDS da FCE, da FGA, da FUP, conforme item 7.1 deste Edital. O formulário está disponível no endereço eletrônico:

<http://www.unb.br/administracao/diretorias/dds/assistenciaestudantil/editais/2015/formrecursoav.pdf>

8.1.1 O resultado da análise dos recursos impetrados por estudantes de graduação será divulgado até 30 dias após a solicitação do recurso em seu campus de origem.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

9. DA VALIDADE E RENOVAÇÃO DA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

9.1 A Avaliação Socioeconômica para acesso aos benefícios de Assistência Estudantil é válida por 04 (quatro) semestres letivos consecutivos, contados a partir do semestre/ano em que o estudante preencheu o questionário preliminar e entregou a documentação obrigatória, sendo o monitoramento da referida validade de responsabilidade exclusiva do estudante.

9.2 No quarto semestre de validade do estudo socioeconômico, o estudante deverá preencher novo estudo socioeconômico preliminar no SAEWeb para fins de renovação.

9.2.1 Ao solicitar nova Avaliação Socioeconômica, o estudante da Graduação deverá:

- a) estar matriculado em um dos cursos presenciais de graduação da UnB;
- b) estar matriculado semestralmente, pelo menos no mínimo de créditos, conforme estabelecido no currículo e fluxo do respectivo curso (exceto calouros e formandos);
- c) ter desempenho acadêmico de acordo com o exigido no currículo e fluxo do respectivo curso, conforme disposto no matriculaweb, e com as normas específicas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).
- d) submeter-se ao Edital de avaliação socioeconômica do semestre em vigor.

9.2.2 Ao solicitar nova Avaliação Socioeconômica, o estudante da Pós-Graduação deverá:

- a) estar matriculado em um dos cursos presenciais de pós-graduação da UnB (mestrado e doutorado);
- b) submeter-se ao Edital de avaliação socioeconômica do semestre em vigor, no período da renovação.

9.3 O estudante fica obrigado a informar à DDS/DAC qualquer alteração na sua situação socioeconômica e/ou de seu grupo familiar. Em caso de não cumprimento, poderá ser desligado automaticamente dos Programas e sofrer as sanções administrativas e judiciais cabíveis.

9.4 Caso haja alteração da situação socioeconômica do estudante PPAES em que sua classificação se torne NPPAES, ocorrerá o desligamento automático dos Programas da Assistência Estudantil.

9.5 O pedido de nova Avaliação Socioeconômica dos estudantes que têm seus estudos vencidos no 2º/2016 seguirá o prazo da avaliação socioeconômica deste Edital, de 17 de agosto a 25 de outubro de 2016.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

10. DO CRONOGRAMA

Avaliação Socioeconômica	Período
Inscrição para a avaliação socioeconômica	17 de agosto de 2016 a 25 de outubro de 2016
Inscrição para nova avaliação do estudante cujo prazo de validade de seu estudo se encerra no 2º/2016.	17 de agosto de 2016 a 25 de outubro de 2016
Resultado da Avaliação Socioeconômica	Nos murais: semanalmente a partir do dia 22 de agosto
Resultado da análise dos recursos impetrados por estudantes para reavaliação de estudo socioeconômico	Até 30 dias após a solicitação do recurso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O estudante selecionado terá acesso aos benefícios a que faz jus, mediante assinatura dos Termos de Concessão junto ao SPS/DDS, localizado no *Campus* onde está matriculado.

11.2 A concessão para todos os programas é pessoal, temporária e intransferível.

11.3 Os estudantes ingressantes na UnB por meio do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) deverão submeter suas solicitações de Avaliação Socioeconômica para fins de acesso a Moradia Estudantil na Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), situada no Térreo do Prédio da Reitoria. Informações disponíveis no site <http://www.int.unb.br/>.

11.4 Os estudantes estrangeiros intercambistas da UnB não terão avaliação socioeconômica realizada pela equipe técnica da DDS.

11.5 Estudantes oriundos de outros estados que participam de Programa de Mobilidade Acadêmica na UnB deverão se submeter ao processo de avaliação socioeconômica conforme estabelecido neste Edital.

11.6 Os estudantes indígenas ingressantes na UnB, por meio do Convênio de Cooperação entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), serão atendidos no Programa de Assistência Estudantil, conforme normas específicas, respeitadas as suas peculiaridades.

11.7 A participação do estudante inscrito na avaliação socioeconômica implica a aceitação



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

das condições estabelecidas neste Edital e das normas e resoluções vigentes na UnB.

11.8 Estudantes desligados dos programas de assistência estudantil da UnB por motivo de fraude ou omissão de informações ou falsificação de documentação e por decisão julgada no âmbito Câmara de Assuntos Comunitários (CAC) não são elegíveis a participação ou reintegração aos programas.

11.9 Os casos omissos serão analisados pelo DAC, ouvida a Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), se necessário.

Brasília, 15 de agosto de 2016.

[ORIGINAL ASSINADO]

Profa. Dra. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
Decana de Assuntos Comunitários
DAC – UnB.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 01

INSTRUÇÕES AO ESTUDANTE E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Para participar dos Programas oferecidos pela Política de Assistência Estudantil da UnB, será avaliada a situação socioeconômica do estudante e de sua família. O estudante deverá responder a todas as perguntas do Formulário de Avaliação Socioeconômica no Sistema de Assistência Estudantil (SAEWeb) e apresentar cópia dos documentos listados abaixo, que comprovem a situação declarada, para que não haja prejuízo na análise da solicitação ou o indeferimento do pedido, conforme previsto neste Edital.

- Para fins desta Avaliação Socioeconômica entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham as despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio, desde que comprovada mediante documentação.
- Para estudantes cujas famílias residem em outros Estados, devem ser apresentados todos os documentos referentes ao grupo familiar na cidade de origem.
- Estudante solteiro: informar os dados dos pais (inclusive ano da aposentadoria, se for o caso), irmãos solteiros e/ou dependentes legais.
- Estudante casado: informar os dados do(a) esposo(a) ou companheiro(a) (inclusive ano da aposentadoria, se for o caso) e filho(s).
- Estudante Servidor Público Federal não terá direito aos Programas da Assistência Estudantil da UnB.
- O estudante é considerado independente quando, comprovadamente, sustentar-se sozinho, residir fora do domicílio familiar e for maior de 24 anos, salvo em casos específicos.
- Informar o número de matrícula na UnB de membro(s) da família que participa(m) dos Programas de Assistência Estudantil.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- Entregar cópias simples de todos os documentos, juntamente com o estudo preliminar impresso.
- Caso necessário, serão solicitados outros documentos e visitas domiciliares pela equipe de profissionais da DDS/DAC.
- Se necessário, serão solicitados documentos originais para fins de verificação de informações



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

1. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO E DOS MEMBROS DE SEU GRUPO FAMILIAR

- RG e CPF
 - Certidão de Nascimento (crianças e adolescentes que ainda não possuem RG e CPF)
 - Entregar cópia do termo de guarda, quando for o caso.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (todos os membros com mais de 18 anos de idade)
 - Entregar: páginas de identificação, páginas de contrato de trabalho com registro até a primeira que estiver em branco)
- Documentos complementares sobre o grupo familiar, conforme o caso:
- Termo de Guarda e Responsabilidade, Adoção ou Declaração de Dependência Econômica, atualizados, com cópia da carteira de identidade do declarante, caso o estudante dependa de pessoas que não sejam seus pais.
 - Certidão de casamento para estudantes casados.
 - Declaração de União Estável para estudantes: deverá ser assinada por ambos os cônjuges e autenticada em cartório.
 - Certidão de óbito.
 - Sentença de separação.

2. DOCUMENTOS DE ESCOLARIDADE

- Histórico de Matrícula do Semestre em curso (Listagem) – deve conter informações sobre disciplinas matriculadas e respectivos créditos
- Histórico Escolar da UnB, dispensado para o estudante calouro.
- Histórico Escolar do 2º Grau para estudantes de graduação e do 3º Grau para estudantes de pós graduação.
- Para estudantes de pós-graduação, apresentar declaração expedida pelo Departamento informando sobre o recebimento ou não de Bolsa.
- Para estudantes que cursaram o ensino médio e/ou graduação em escola particular com bolsa, apresentar comprovante.

3. DOCUMENTOS DE RESIDÊNCIA

- Estudantes cujas famílias residem em outro Estado devem apresentar os documentos de residência da família na cidade de origem e também os documentos referentes a sua situação de moradia no DF.
- Comprovantes de água, condomínio, luz e telefone. Não é necessário estarem pagos.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

- IPTU - página do carnê em que constem informações sobre o imóvel, tais como: proprietário, área construída, área do terreno etc. Não é necessário estar pago.
- Imóvel Alugado: contrato de locação, recibo de pagamento do aluguel ou declaração do locador com informações do imóvel e valor do aluguel
- Imóvel Financiado: comprovante da prestação do financiamento da casa própria atualizado.
- Imóvel Cedido: declaração do cedente informando a cessão

4. COMPROVANTES DE RENDIMENTOS

- Devem ser apresentados comprovantes de rendimentos do estudante e dos integrantes do grupo familiar, referentes a pessoas físicas e a eventuais pessoas jurídicas vinculadas.
- Os documentos para comprovação da renda, devem ser apresentados conforme o tipo de atividade.

4.1) ASSALARIADOS

- 3 últimos contracheques
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil

4.2) AUTÔNOMO (ou trabalhador informal)

- Declaração: com dados pessoais, rendimento mensal, descrição da atividade exercida e a relação de bens, com cópia do RG do declarante
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil
- Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), quando houver.

4.3) APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- Extrato mais recente do pagamento de benefício (Aposentadoria, Pensão por Morte ou Alimentícia)
- Ou recibo bancário atualizado e respectivo cartão magnético
- Pensão alimentícia informal: apresentar declaração do responsável que conste o valor recebido, com cópia do RG do declarante
 - Caso não receba pensão alimentícia, apresentar declaração do responsável pela família informando a razão do não recebimento
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

4.4) SÓCIOS E DIRIGENTES DE EMPRESAS (Microempresário; Microempreendedor)

- 3 últimos contracheques ou Pró-Labore
- Declaração Anual do Simples Nacional
- Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil

4.5) BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS (Bolsa Família, BPC, outros)

- Comprovante atual de recebimento do benefício constando o valor.

4.6) RENDIMENTOS DE ALUGUEL

- Cópia do (s) contrato (s) de locação ou do (s) recibo (s).

4.7) PROPRIETÁRIO DE SÍTIO (S) E/OU FAZENDA(S):

- Declaração do Imposto Territorial Rural - ITR.

4.8) ESTÁGIO REMUNERADO:

- Cópia de contrato e comprovante de rendimento.

4.9) DESEMPREGADOS:

- Comprovante de pagamento do seguro-desemprego
- Declaração informando não possuir renda formal ou informal e declarar quem é o mantenedor da família (ANEXO 03)

5. COMPROVANTES DE DESPESAS

- Educação - comprovante de pagamento de mensalidade (s) escolar (es).
- Saúde - relatório médico com diagnóstico de doença crônica, grave, degenerativa ou deficiência.
 - Doença Grave - conforme Lei no 11.052, de 29 de dezembro de 2004.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE RENDA
Trabalhador Autônomo ou no Exercício de Atividade Informal

Eu,

.....,
inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº....., residente e
domiciliado (a)
na.....

.....
declaro para os devidos fins que exerço a atividade de
..... e recebo um valor mensal de
aproximadamente R\$

Estou ciente das condições estabelecidas nos Editais vigentes para participar dos Programas de Assistência Estudantil e das normas e resoluções vigentes na UnB.

As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.5).

A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e judiciais cabíveis (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.7).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília,, de, de 2016.

Assinatura do Declarante

Obs.: A apresentação desta declaração não dispensa a entrega dos demais documentos exigidos.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR RENDA

Eu,,
inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº....., residente e domiciliado (a)
na.....
declaro para os devidos fins que NÃO exerço qualquer atividade formal ou informal remunerada.
Informo ainda o (s) mantenedor (es) do grupo familiar e respectivas atividades remuneradas:

Estou ciente das condições estabelecidas nos Editais vigentes para participar dos Programas de Assistência Estudantil e das normas e resoluções vigentes na UnB.

As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.5).

A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e judiciais cabíveis (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.7).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília,, de, de 2016.

Assinatura do Declarante

NOTA: Anexar a esta declaração cópia do RG do declarante.

Obs.: A apresentação desta declaração não dispensa a entrega dos demais documentos exigidos.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu,
(Nome do responsável legal)
inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº....., residente e
domiciliado (a) na
.....
declaro para os devidos fins que recebo pensão alimentícia no valor de R\$ por mês,
em favor de
(Nome do (s) filhos (s))
.....
.....

Estou ciente das condições estabelecidas nos Editais vigentes para participar dos Programas de Assistência Estudantil e das normas e resoluções vigentes na UnB.

As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.5).

A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e judiciais cabíveis (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.7).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília,, de, de 2016.

Assinatura do Responsável Legal

NOTA: Anexar a esta declaração cópia do RG do declarante.

Obs.: A apresentação desta declaração não dispensa a entrega dos demais documentos exigidos.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBER PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu,
(Nome do responsável legal)

inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº....., residente e domiciliado
(a) na

declaro para os devidos fins que NÃO recebo pensão alimentícia ou qualquer auxílio financeiro em
favor de.....
(Nome do (s) filhos(s))

Estou ciente das condições estabelecidas nos Editais vigentes para participar dos Programas de
Assistência Estudantil e das normas e resoluções vigentes na UnB.

As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a
documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos
artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.5).

A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante
veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e
judiciais cabíveis (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.7).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília, de de 2016.

Assinatura do Responsável Legal

NOTA: Anexar a esta declaração cópia do RG do declarante.

Obs.: A apresentação desta declaração não dispensa a entrega dos demais documentos exigidos.



Universidade de Brasília
Decanato de Assuntos Comunitários
Diretoria de Desenvolvimento Social

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Imóvel Cedido

Eu,,

(Nome do cedente)

inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº., residente e
domiciliado (a) na

(Endereço do cedente)

declaro para os devidos fins que cedi o imóvel localizado na

(Endereço do Beneficiário)

.....para

(Nome do Beneficiário)

inscrito (a) no CPF sob o nº., RG nº. por um período de

(Especificar tempo ou informar tempo indeterminado)

Estou ciente das condições estabelecidas nos Editais vigentes para participar dos Programas de Assistência Estudantil e das normas e resoluções vigentes na UnB.

As informações prestadas pelo estudante no processo de Avaliação Socioeconômica, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de responder aos artigos 297- 299 do Código Penal Brasileiro (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.5).

A identificação de fraude de informações ou falsificação de documentação por parte do estudante veda a sua candidatura aos Programas de Assistência Estudantil e poderá levar a sanções administrativas e judiciais cabíveis (Edital N. 01 – 2/2015, item 5.7).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Brasília,, de, de 2016.

Assinatura do Cedente

Assinatura do Beneficiário

NOTA: Anexar a esta declaração cópia do RG do cedente.

Obs.: A apresentação desta declaração não dispensa a entrega dos demais documentos exigidos.